

ortaram
oi prêso
governo
he vale-
passara
filho. E
ansmiti-
onde o
rtuguês

leu par-
numero-
Brasil e
massa-
des que
no por-
ria Pia
dos fa-
ite tele-

o tomo
opres-
ntos la-
assacre
lo pael-
larieda-
lão Bas-
ometida
ndentes
top mi-
r povo-
s mais
terror
nundial
agrad-
patrio-
sponsa-
i Nação
essa ex-
perante
do com
Car-

ada de
os na-

gráficas
Lisboa,
ssaram-
nais de
ia não
jes so-
são do
onside-
tituida,
a qual
rto du-
ndo de
mussa,
nzania,
decisão-
jornal
dizer a

tribuiu
e entre
os ele-
são os
esmen-
é alta-
simples
nitirem
onteira
erra as-



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO IX - N.º 90 - SÃO PAULO, JANEIRO DE 1965 - REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 - S/2

Forças e Pessoas

Desde a sua fundação, este jornal tem defendido, incansável e intransigentemente, a unidade das forças políticas que têm expressão na sociedade portuguesa.

Dadas as condições em que decorre a vida política do nosso povo, esfacelada por 38 anos de fascismo, é perfeitamente natural que aquelas forças atinjam estádios diversos de organização, acontecendo que muitas vezes certas individualidades adquirem uma marcada expressividade no campo da Oposição ao governo de Salazar.

É opinião deste jornal que, neste caso, o que especialmente faz com que a unidade anti-fascista resulte fortalecida do concurso dessas personalidades é o facto de os sectores que as seguem endossarem as posições unitárias por elas tomadas. Consequentemente, a unidade só será grandemente afectada quando as atitudes anti-unitárias das personalidades por igual forma forem endossadas pelos sectores que com elas se encontram em consonância. Isto significa que a unidade pouco perderá quando certas posições a ela contrárias representarem apenas o ponto de vista individual das personalidades que resolveram tomá-las.

Estas considerações adquirem actualidade no momento presente, quando, pela posição anti-unitária que tomou, o general Humberto Delgado se desligou da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Representa este facto uma perda inegável para a unidade anti-salazarista, e por isso profundamente o lamentamos. Mas podemos estar certos de que a esmagadora maioria daqueles portugueses que se habituaram a ver no General o seu dirigente político não endossou nem endossará a posição anti-unitária por ele ultimamente assumida, antes se manterá fiel a essa mesma unidade anti-fascista.

Assim, a perda sofrida é incomparavelmente menor do que a alguns poderá parecer.

A própria realização da 3.ª Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional, em que se consumou a separação do general Humberto Delgado, nos leva a essa conclusão, pois nela se encontrou representado um número bem maior e mais significativo de forças políticas democráticas do que acontecera nas Conferências anteriores.

A melhor organização de diversos sectores da opinião pública e o fortalecimento orgânico do movimento unitário são, precisamente, o que permite resistir com êxito à mobilidade política, por vezes incontrolável, das individualidades. E a Frente Patriótica de Libertação Nacional, vencendo, como venceu, a crise de coesão por que passou, deu a melhor prova de maturidade e força que podia dar.

Na verdade, a Frente Patriótica de Libertação Nacional representa hoje a garantia, para todos os portugueses democratas, sejam quais forem as suas ideologias e onde quer que se encontrem, de que está e permanecerá na vanguarda dos que lutam pelo derribamento do fascismo salazarista.



UMA FAMÍLIA CAMPONESA: IMAGEM DE DOR E LUTA

Em Portugal as 3546 maiores explorações agrícolas, que representam apenas 0,4% do numero total, cabem cerca de 45% do total da terra, dez vezes mais do que cabe às 400.000 mais pequenas (v. pag. 5).

A F.P.L.N. Desfaz Confusões

Pela importância de que se reveste no actual momento, publicamos abaixo na íntegra o esclarecedor editorial do Boletim de outubro da Frente Patriótica de Libertação Nacional, assinado pela Junta Revolucionária Portuguesa.

1. A Frente Patriótica de Libertação Nacional, criada em 1962 pela I Conferência das Forças Anti-Fascistas Portuguesas, é hoje o único movimento unitário organizado que, no nosso país, luta contra a ditadura fascista e colonialista de Salazar.

A F.P.L.N. é um movimento anti-fascista e anti-colonialista aberto a todos os que desejam lutar pela liberdade do povo e a independência da Pátria e conta ainda com a adesão dos três únicos partidos políticos que nas difíceis condições da clandestinidade lutam contra a ditadura salazarista: o Movimento de Resistência Republicana e Socialista, o Movimento de Acção Revolucionária e o Partido Comunista Português.

A organização clandestina da F.P.L.N., as Juntas de Acção Patriótica, estende-se já por diversas províncias do país. As publicações clandestinas da Frente e designadamente os jornais "Unidade e Acção" e "Verdade", exercem uma crescente influência na união, organização e mobilização dos anti-fascistas portugueses.

Nunca como hoje, a luta do povo português contou com uma conjuntura e apoio internacionais tão favoráveis.

Nenhuma organização unitária anti-fascista portuguesa gozou no estrangeiro do prestígio já conquistado pela F.P.L.N. junto da opinião democrática e anti-colonialista de tão grande numero de países.

As possibilidades que se abrem à F.P.L.N. e à luta do povo português são imensas. Nestes dois anos, a F.P.L.N. fazendo da mobilização popular anti-fascista sob todas as formas de luta, o fulcro da sua actividade, aproximou o dia do derrubamento da ditadura fascista, preparando as condições necessárias a uma insurreição popular armada que permita a implantação em Portugal de um regime democrático que assegure uma profunda transformação da sociedade portuguesa.

2. A Conferência da F.P.L.N., que acaba de efectuar a sua III reunião, é o órgão supremo de direcção política da F.P.L.N., tendo poderes para decidir de todas as questões relativas a orientação do movimento.

A III Conferência teve um caracter essencialmente prático, foi sobretudo convocada para alargar e reforçar a estrutura orgânica do nosso movimento, para dinamizar a sua actividade e para encontrar uma solução para a crise surgida na sua direcção e nomeadamente no funcionamento da Junta Revolucionária Portuguesa.

Todos os movimentos democráticos revolucionários passam por crises de direcção e organização no seu processo de desenvolvimento.

A unidade democrática, para além de coincidências táticas ocasionais, exige um longo trabalho de confronto de opiniões políticas, de ajustamento de métodos de trabalho, de procura sincera de soluções comuns forjadas na propria acção anti-fascista e inspiradas nos autênticos objectivos populares.

O grande mérito da III Conferência da F.P.L.N. foi justamente, o de ter sabido, apreciando com realismo e objectividade a situação portuguesa, acentuar a importância das questões relativas ao desenvolvimento de um poderoso e activo movimento anti-fascista no interior do país. A partir dessa apreciação realista da situação nacional e da valorização da organização e luta populares, foi possível encontrar, dentro de um espirito de fraterna cooperação, as soluções unitárias, corajosas e práticas que o desenvolvimento da F.P.L.N. e as dificuldades de direcção surgidas, exigiam.

3. A III Conferência da F.P.L.N. (Continua na pag. 6)

Nesta Edição:

- OS ESTUDANTES ENFRENTAM A POLICIA EM LISBOA - pag. 8
- PATRIOTAS MOÇAMBICANOS APRESAM UM COMBOIO - pag. 8.
- A LUTA COM CAMPONESES EM PORTUGAL - pag. 4.
- ACÇÕES POPULARES - pag. 3.
- DECLARAÇÃO DE MILITARES REVOLUCIONARIOS DA F.P.L.N. - pag. 8.

O OBSCURANTISMO SALAZARISTA - (IV)

Ainda a Investigação Científica

Joaquim Barradas de Carvalho

No último artigo desta série ocupámonos do depoimento de Frédéric Mauro, Professor da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Toulouse, sobre a situação dos estudos históricos em Portugal. O honesto depoimento deste amigo de Portugal não deu até agora, tanto quanto sabemos, origem a nenhum incidente. Mas outrotanto já não poderemos dizer de um outro caso um pouco mais recente, e que envolve também um Professor estrangeiro cuja obra tem sido em grande parte dedicada à história do nosso País. Trata-se desta vez de Charles Ralph Boxer, Professor de Estudos Camoneanos e de Língua e Literatura Portuguesa no King's College da Universidade de Londres, e um dos maiores lusitanistas contemporâneos, autor de numerosos e valiosíssimos trabalhos sobre a História de Portugal no Ultramar, e de não menos importantes trabalhos sobre a história do Brasil. Um dos seus últimos livros, *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire*, deu origem a meia dúzia de violentos artigos, da autoria do Dr. Armando Cortesão, publicados no *Diário Popular*, em Lisboa, entre 27 de Dezembro de 1963 e 4 de Janeiro de 1964.

Qual foi o "crime" do Professor C. R. Boxer? A Universidade de Virgínia nos Estados Unidos da América do Norte convidou-o a fazer uma série de conferências em Novembro de 1962. O Professor C. R. Boxer escolheu como assunto das suas conferências, que vieram a dar origem ao livro acima citado, o problema das relações raciais entre os Portugueses e os povos que estes encontram mercê das suas empresas marítimas e coloniais. O tema destas conferências foi sugerido ao Professor da Universidade de Londres pela afirmação de que "os Portugueses nunca praticaram a discriminação racial e sempre trataram os autóctones das Províncias Ultramarinas com fraternidade cristã, sem distinção de raças ou de cores". Esta afirmação resume o conteúdo, não só de uma entrevista de Salazar à revista *Life* em 1962, como também do Preâmbulo de Adriano Moreira, então Ministro do Ultramar, ao decreto-lei n.º 43893 de 6 de Setembro de 1961 que revoga o estatuto de indigenato, e ainda de uma conferência proferida pelo Dr. Armando Cortesão em 9 de Junho de 1962 na Sociedade de Geografia de Lisboa em sessão de encerramento da Semana do Ultramar.

O livro do Professor C. R. Boxer, classificado de "insidioso" na imprensa salazarista, é atacado nos artigos já citados do *Diário Popular*, podendo ver-se o melhor da argumentação do Dr. Armando Cortesão no seguinte passo de um dos seus artigos: "De facto a nossa história ultramarina regista numerosos casos de discriminação racial e muitos abusos e até crimes perpetrados pelos portugueses contra os nativos do Ultramar; mas são casos excepcionais, nunca foram consequência de uma política sistematicamente aplicada, antes pelo contrário. Esses factos deploráveis são conhecidos exactamente porque quem os revelou os condenava. A política oficial portuguesa, responsável, como se prova até pelo que o Professor Boxer não pode deixar de citar, era a criação de uma sociedade plurirracial no nosso ultramar, proclamando-se que os Reis de Portugal não distinguem os seus vassallos pelas cores, mas sim pelos seus merecimentos. E essa é, afinal e em absoluto, a doutrina que sempre nos tem orientado e ainda rege as relações da metrópole com as províncias ultramarinas. Com que direito vem, pois, o Professor Boxer, a impedir de erudição, dizer que os Portugueses sempre praticaram a discriminação racial, só porque em cinco séculos da sua história ultramarina se registam casos, numerosos mas isolados, de perseguições ou preconceitos de raça que, aliás, foram sempre condenados, muitos *in loco* e sem excepção em Lisboa?". A estas linhas do Dr. Armando Cortesão poderemos oferecer um paralelo com o que se passa actualmente com os domínios coloniais portugueses. Será suficiente, para que Angola ou Moçambique deixem de ser colónias que o Governo Português altere na legislação a designação de Colónias para Províncias Ultramarinas? Províncias como quaisquer outras, como o Alentejo ou o Algarve, só porque no estatuto constitucional se substituiu a designação de Colónia pela de Província Ultramarina?

O Professor C. R. Boxer em artigo de resposta aos do Dr. Armando Cortesão, publicado também em Lisboa no *Diário Popular*, em 24 de Janeiro de 1964, esclarece os seus propósitos, afinal bem moderados: "1 — O

meu livro nada tem de "insidioso". Como expliquei aberta e honestamente no começo daquele livrinho, eu quis contestar a convicção — igualmente honesta e firmemente mantida, como explicitamente disse — de muita e boa gente portuguesa de que os seus antepassados dos séculos XVI a XVIII sempre trataram os indígenas de África, Ásia, e América humanamente, e, quando civilizados, de igual para igual. Também quis impugnar a validade de outra afirmação do Dr. Armando Cortesão quando ele afirmou que: *Os Portugueses nunca tiveram preconceitos de raça ou de cores. A todos trataram e tratam com fraternidade cristã, quer sejam brancos, pretos, baços ou amarelos*, para citar duas frases típicas do *Discurso proferido por ele na Sociedade de Geografia de Lisboa em 9 de Junho de 1962*. Eu quis demonstrar que tais afirmações tão categóricas não podiam ser aceites sem sérias e grandes modificações, pois que não é (a meu ver) possível justificá-las à luz dos factos e acontecimentos históricos. 2 — Eu não fiz mero "alarde de erudição", como quer o Dr. Cortesão, em citar tantas fontes históricas; nem escolhi trechos isolados ou fora do seu contexto para tirar deles conclusões inadmissíveis. Pelo contrário, eu tive especial cuidado em escolher precisamente feitos, dados e pensamentos bem típicos, e que, portanto, refletiram a prática e a mentalidade dum dada época ou região. Pela mesma razão, sabendo muito bem que algumas boas pessoas haviam de ficar agastadas com as minhas afirmações, eu tirei quase todos os meus exemplos não de documentos inéditos, difíceis de controlar, nem de relatos de estrangeiros rivais ou invejosos, mas de documentos escritos por portugueses de lei e que andam impressos nas grandes coleções como são o *Arquivo Português Oriental*, *A Monumenta Missionária Africana*, etc., de fácil consulta numa boa biblioteca universitária. 3 — Claro está que a intolerância religiosa e os maus tratos infligidos aos escravos eram também praticados por outros povos colonizadores, fossem eles castelhanos, ingleses, holandeses, franceses, etc., em maior ou menor grau, e às vezes em maior escala (todo o mundo sabe, ou devia saber, que os ingleses eram os principais traficantes de "marfim negro", na costa ocidental da África durante o século XVIII). Também se pode sustentar que os Portugueses daqueles séculos, apesar de todos os seus erros, crimes e desumanidades eram geralmente menos duros para com os indígenas de que os outros povos brancos, e que tinham também menos preconceito de cor. Eu creio nisto e tenho dito e escrito em muitos livros e artigos que assim pode ter sido, pelo menos em algumas épocas ou regiões. Mas o que jamais aceitei, nem posso aceitar agora, é a afirmação categórica de que os Portugueses nunca praticaram qualquer forma de discriminação racial e religiosa. Eu disse e digo que sim, que praticaram em alguns aspectos sistematicamente e durante séculos inteiros, às vezes contra e às vezes consoante as leis vigentes do antigo império português. Basta recordar a perseguição religiosa e oficial exercida contra os hindus e os muçulmanos na Índia Portuguesa desde 1561 até 1761, e a discriminação feita contra o clero secular indígena de Goa desde fins do século XVI até às Instruções passadas em nome do Rei D. José pelo Marquês de Pombal ao Vice-Rei e ao arcebispo de Goa em 1774. Isto sem falar na escravatura negra praticada tanto pelos portugueses como pelos outros povos colonizadores europeus (e árabes) e que, inevitavelmente, trouxe consigo a convicção da superioridade racial do branco (que não pode ser escravizado) sobre o negro (cuja escravidão era permitida pelas leis e pela Igreja)".

Parece-nos bastar a citação destes três primeiros parágrafos da resposta do Professor C. R. Boxer para nos certificarmos da posição bem clara, moderada, objectiva e científica, manifestada pelo Professor da Universidade de Londres. Em contraposição, para bem avaliarmos da falta de objectividade com que o Dr. Armando Cortesão escreve os seus artigos bastará citar o título do último, título que reproduz uma frase do texto do artigo: "Vivem em socção, progredem continuamente e amam a Pátria comum (ao contrário do que Boxer insinua) as nossas populações ultramarinas". Para o Dr. Armando Cortesão, o Professor C. R. Boxer, amigo de Portugal até 1960, "revelou-se lusófilo encarniçado e injusto" a partir dessa data.

A falta de serenidade do Dr. Armando Cortesão manifesta-se ainda no facto de lembrar todas as distinções conferidas, ou pelo Governo Português, ou por Instituições Portuguesas, ao Professor C. R. Boxer. Assim, (citando o Dr. Armando Cortesão) ao Professor da Universidade de Londres "foram-lhe concedidos subsídios ou bolsas de estudo para investigar nos nossos arquivos da metrópole e de além-mar; fizeram-no sócio ou membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses, do Instituto de Coimbra, do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, da Academia Portuguesa da História, e da Academia das Ciências de Lisboa; foi-lhe também concedida a alta distinção de Doutor honoris causa pela Universidade de Lisboa; foi agraciado com o oficialato da Ordem de Santiago da Espada e com a comenda da Ordem do Infante D. Henrique; e foi-lhe concedida a honra de proferir um discurso na Câmara dos Deputados quando da sessão solene de abertura do Congresso dos Descobridores, em Setembro de 1960". E finalmente, escreve o Dr. Armando Cortesão: "Terá ele o direito de continuar a ser subsidiado pelo Governo Português, e a ostentar as condecorações e a usar os títulos académicos que tão generosamente lhe foram concedidos por Portugal?".

Será caso para perguntarmos: mereceu ou não o Professor C. R. Boxer, pelos méritos excepcionais da sua obra científica, todas as distinções que lhe foram conferidas? Ou as distinções, as numerosas distinções que lhe foram conferidas e foram apenas por razões de ordem política? Parece-nos não haver dúvidas de que, pelo menos na maior parte dos casos, a segunda alternativa é a verdadeira, pois que nem o actual Governo Português tem nada a ver com a Ciência, nem a Ciência tem nada a ver com o actual Governo Português. A verdade, a verdade científica, é algo de subversivo para o actual Governo Português. A procura de algo de novo, a pesquisa ao serviço do Homem, percorrem um caminho que não pode interessar ao actual Governo Português, cuja base é a falsificação, a mentira, a apologia da esclerose nos domínios intelectuais, o obscurantismo, em suma. Ora neste incidente-símbolo com o Professor C. R. Boxer, apenas uma coisa nos espanta e nos entristece: sujeitar-se o Dr. Armando Cortesão a ser o instrumento de uma tal política. O Dr. Armando Cortesão faz parte de uma geração e pertenceu a um núcleo de intelectuais que foram os grandes Mestres de várias gerações. Lembro, entre outros, os nomes de Raul Proença, Duarte Leite, Aquilino Ribeiro, António Sérgio, e finalmente o de seu irmão, o saudoso Dr. Jaime Cortesão, nosso Mestre de sempre, e nosso amigo nos últimos anos da sua vida exemplar de intelectual e de cidadão. O Dr. Armando Cortesão faz parte desta pleiade de Mestres a quem a juventude de ontem e de hoje tanto deve. É o maior especialista da história da cartografia com que jamais a historiografia portuguesa contou, e certamente um dos maiores especialistas mundiais. É autor de duas obras monumentais: *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI*, e ultimamente, em colaboração com o Comandante Avelino Teixeira da Mota, autor da *Portugalia Monumenta Cartographica*. O Dr. Armando Cortesão que, num dos seus artigos, ainda se diz social-democrata embora nunca tenha tido filiação partidária, é também o homem que viveu 18 anos no exílio, e é também o mesmo homem cuja fotografia vinha na primeira página do *Diário da Manhã*, aí por 1945 ou 1948 (a memória falha-me), encimada pela seguinte legenda: "O traídor Armando Cortesão em Londres".

A quando do incidente com o Professor C. R. Boxer, um "importuno", o Sr. Albertino Monteiro Crespo, escreveu uma carta ao *Diário Popular* em que põe em dúvida a oportunidade da intervenção do Dr. Armando Cortesão, e entre outras considerações bem acertadas, escreve: "Não creio que o sr. Dr. Armando Cortesão tenha prestado um relevante serviço ao País. Mas, sem dúvida, o prestou à Situação". Ora, sem sombra de dúvida, o sr. Albertino Monteiro Crespo tem toda a razão. E consideramos profundamente lamentável que um intelectual, um homem de ciência, da categoria e da responsabilidade de Armando Cortesão, se tenha deixado alienar a tal ponto, por razões que nada têm que ver com o autêntico Patriotismo ou com a verdadeira Ciência.

A NOVA FASE DA LUTA - III

Lopes Mendes

Postos os olhos na actual perspectiva da luta em Portugal — expressa na vontade do povo português e das suas organizações mais representativas em destruir o Estado Fascista pela força — que lições podemos extrair do assalto ao quartel de Beja?

O "complot" de Beja afigura-se-nos como um termómetro colocado na axila da Oposição. Além de assinalar o vértice da passagem para uma fase febril e crítica da luta antissalazarista (avanço revolucionário dos anos 62-63 e acordos unitários subsequentes) ensina-nos muitas outras coisas ligadas à metodologia e à estratégia — à teoria geral da revolução. Indica-nos entre outras coisas, por exemplo, que o golpe militar de tipo clássico, sui generis, urdido na cúpula e em segredo por oficiais das forças armadas e civis desligados do povo, já foi definitivamente ultrapassado.

Conspiradores militares de alta patente e civis que até há pouco evitavam e regeitavam a convivência e colaboração revolucionária de elementos avançados do povo, nomeadamente da classe operária, procuram ou aceitam hoje abertamente o seu concurso. Chefes militares e políticos que no passado calibravam seus contatos e movimentos apenas na cúpula das correntes propensas ao conservadorismo social, elegem ou admitem no presente alianças com elementos revolucionários oriundos das baixas camadas do povo e dos agrupamentos políticos da esquerda.

Isto é um sintoma positivo que revela a metamorfose e madureza do pensamento político de certos sectores da oposição portuguesa antes receosos das massas, na ideia de que estas poderiam cometer excessos; ou ainda que, pela sua incultura política e cívica, pelo seu primitivismo, pouco lhes caberia fazer por não estarem qualificadas para intervir e ocupar posições de destaque na Revolução, podendo, entretanto, comprometer não só o processo insurreccional como talvez o posterior ordenamento democrático do País.

Estas teses foram insinuadas e praticadas. Embora discordantes, não duvidamos das boas intenções dos propugnadores de tais ideias; e dos altos fins patrióticos de muitos dos que participaram nas fracassadas revoltas contra a ditadura. Negamos-nos outrossim a crer que os participantes, organizadores e conspiradores das fracassadas intenções revolucionárias-militares do passado desprezassem as massas, como tais, ou não desejassem para elas sinceramente uma participação à posteriori nas riquezas e nos destinos da Nação. Podemos afirmar inclusive o contrário. Muitos destes revolucionários foram autênticos idealistas que tudo deram e sacrificaram pela causa do povo português.

A LIÇÃO DE BEJA

Para eles, a nossa veneração e respeito. Mas quando nos referimos às tendências aventureiristas e golpistas de que se nutriu fartamente o movimento oposicionista português, não julgamos intenções puras nem sentimentos, nem sequer indivíduos; julgamos e consideramos métodos de luta vistos através dum determinado prisma doutrinário e político e da dura experiência de 38 anos de fascismo.

Por outra parte, não foram nem são somente os apologistas do "putch" — geralmente adeptos e integrantes das camadas privilegiadas e militares — que incorreram e incorrem nestes desvios e preferências aventureiristas que a nada conduzem, mas, também grupos saídos do povo, da classe-média, da intelectualidade e do mesmo seio das classes trabalhadoras.

A linha do golpe ou aventureirista não é apenas aquela que afirma que basta dispôr de uns quantos "comandos", de armas e dinheiro, das bombas, para se poder fazer a revolução — (à margem das massas e das condições objectivas) —; seguem e seguirão uma linha aventureirista todos aqueles que confundem, no seu afã revolucionário e na sua justificada e compreensível impaciência, os bons desejos e intenções com a realidade viva. Os que apelando às massas, confiando no poder das massas, ou enchendo a boca com as massas, vêem nelas não o povo real, com as suas virtudes e limitações, preferências e ansias, mas uma coisa ideal, abstrata e retórica, moldável aos planos, vontade e alvêrio dos dirigentes. As massas são conglomerados humanos ligados à aldeia, à fábrica, à cidade; ligados aos lugares de residência e de trabalho. Sofrem directamente a incidência do meio em que actuam.

São iguais e diferentes. Não têm o mesmo nível de lucidez nem de consciência revolucionária nem dispõem de idêntico grau de organização. Não se podem considerar como um todo, nem encaixar em esquemas ideais e estáticos. Se considerarmos as massas separadas dos lugares que ocupam na sociedade e desligadas da realidade concreta, do fluxo e refluxo da sociedade, algumas vezes, com certeza, longe de as encontrarmos preparadas e organizadas para acções de importância, verificaremos que nem o estão para acções simples, de rotina, sendo completamente estereis os nossos esforços e persistência em atraí-las ou comprometê-las em vastos planos revolucionários. Por este caminho intuitivo e primário, estaremos seguindo, de facto, uma linha aventureirista que somente nos arrastará de fracasso em fracasso, mal gastando tempo, energias e quadros.

Não se pode fazer a revolução nem sequer lutar com êxito (a revolução não é senão uma soma ininterrupta de pequenas e grandes lutas), pensando ou supondo que o povo do Porto, ou de Beja, ou do Alentejo, estará disposto a sair à rua no preciso instante em que nós resolvermos acender o rastilho da revolução, por nossa conta e risco. O rastilho foi atirado aceso muitas vezes, e sempre se apagou, até agora, e o povo português ficou apático e inativo durante alguns destes sucessos, por vezes perplexo e indiferente, apesar de seu comprovado ódio à ditadura.

A que se deve?

Não são os meros actos de violência, heróicos e isolados, o valor pessoal e a audácia, a resistência inflexiva, os actos de bravura e temeridade — que às vezes não transcendem para lá das pessoas e dos círculos em que se desenvolveram — que mobilizam e despertam as massas, que as politizam, que as galvanizam, que as arrastam, mas um trabalho persistente e sistemático de esclarecimento e de organização, que vise a defesa e conquista dos interesses e direitos vitais imediatos da colectividade; trabalho diário realizado sem a cega contumácia do apóstolo e do profeta, sem o espalhamento estridente dos "condottieri", mas através de lutas constantes, de pequenas e grandes lutas, de pequenas e grandes vitórias, e da correlativa, lúcida e necessária agitação política.

Levando as massas organizadas para lutas feitas em condições objectivas desfavoráveis e inadequadas, quando o inimigo, mais forte, está prevenido e preparado; ou mobilizando-as ainda quando elas não estão todavia dispostas e organizadas suficientemente, estamos trilhando o caminho da improvisação, do desespero e da aventura embora, por vezes, cobrindo-nos com a indumentária vermelha e o barrete frigio do esquerdismo.

Pelos motivos referidos nos artigos 1.º e 2.º desta série e pelos que abordamos, e abordaremos ainda num próximo artigo, o assalto ao quartel de Beja, a nosso ver, reflete, não somente a nova disposição e estado de espírito dum parte ponderável da burguesia nacional e de algumas esferas do exército; apresenta-nos um panorama operativo e tático distinto que, imperfeita, assiná-la, no entanto, um progresso notável e substancial em relação à tendência isolacionista do passado recente, do "putch" e da aventura — um quadro novo e promissor onde o povo aparece espreitando pela greta da porta...

Pela primeira vez, depois de dezenas de anos (7 de Fevereiro, 18 de Janeiro, 26 de Agosto), Beja permaneceu efectivamente civil e militares no forte amplexo militante da Revolução — único caminho da vitória. Não elementos civis alheados das massas, recrutados nas cúpulas de palácio, mas homens do povo curtidors na luta, identificados com os sofrimentos e a causa do povo. Operários, estudantes, intelectuais, mulheres, militantes políticos...

Sem lograr ainda quebrar completamente o círculo de ferro das tradições golpistas, da auto-suficiência e do paternalismo dos "chefes" militares, o episódio de Beja, encerra uma lição e uma experiência valiosas na medida em que pode servir de ponto de partida para a meditação e o escudo e na medida em que põe a descoberto, por 'guais os lados negativos e positivos não só do acto em si mesmo como da problemática geral da revolução portuguesa, revolução armada que tem de ser democrático-popular, nacional e anti-imperialista.

Notas e comentários

Os Estudantes Voltam à Rua

Notícias do nosso país dizem-nos que a 10 de dezembro último a juventude estudantil manifestou-se novamente nas ruas do centro de Lisboa, gritando "anistia", "liberdade", "abaixo a polícia política", e distribuindo manifestos em que qualificava de farsa o julgamento de um estudante universitário que então se realizava no Tribunal Plenário da capital. Após os meses de férias, em que as atividades estudantis são forçosamente limitadas pela dispersão, volta agora às notícias dos jornais a combatividade da nossa juventude. Estas manifestações de rua são uma das principais formas de pressão sobre o governo de que os nossos jovens dispõem. Impedidos pelo fascismo de manifestarem a sua opinião sobre qualquer problema, de interesse académico ou nacional, os estudantes desceram à rua, enfrentam as forças repressivas, não abdicam assim da expressão da sua dignidade.

revolução to (a re- ma in- andes lu- o que o a, ou de a sair à que nós stilo da e risco. o muitas até ago- a apático estes su- e indife- aprovado

e violên- alor pes- cia irre- ra e tes- us e dos eram — as mas- um tra- tico de ção, que los inte- fatos da lo reali- do após- salhafato i", mas de pe- queenas relativa, política, adas pa- objecti- equadas, te, está mobili- ão estão las sufi- do o ca- desespê- or vezes, ária ver- esquer-

os arti- los que i ainda alto ao r, refle- posição rte pon- e de o; apre- ritivo e eto, as- esso no- à ten- datura — onde o a greta

de de- ro, 18 Beja ir- milita- te da da vitó- lheados cúpulas o povo os com o povo. actuais, comple- las tra- ciência es" mi- encerra a vallo- servir medita- em que os la- só do proble- rtugue- am de onal e

maior parte delas tenha em mãos os materiais necessários ou facilmente possa recolhê-los.

Facto sintomático das extraordinárias debilidades da Oposição portuguesa é a ausência, ainda hoje, de um verdadeiro aparelho unitário de propaganda, adaptado às necessidades do movimento. Também estão por organizar e planejar devidamente diversas actividades de informação. Por uma lado, é necessário trazer a opinião pública portuguesa perfeitamente informada sobre as acções anti-salazaristas que têm lugar no exterior, quer por parte das organizações portuguesas quer por parte de entidades estrangeiras. Por outro lado, é preciso proporcionar aos organismos e entidades estrangeiras nossas amigas uma informação séria e completa quer sobre a acção do fascismo português quer sobre a luta anti-fascista do nosso povo.

Hoje em dia, dispendo a Oposição de um organismo unitário como é a J.R.P. da F.P.L.N., a ela cabem, sem dúvida, estas tarefas ou grande parte das mesmas. Juntamente com a actividade diplomática (que, aliás, delas muito depende), a informação e a propaganda — pela imprensa e pelo rádio — são, mesmo, das principais atribuições deste organismo. Para executá-las bem, precisa a J.R.P., no entanto, de meios específicos-pessoais e técnicos.

No que toca aos meios pessoais, deve conciliar-se a orientação, que é política, do trabalho de informação e propaganda com a capacidade, que é profissional, de escrever-se bem o que deve ser escrito ou radiodifundido. Isto significa a necessidade de contarmos com verdadeiros jornalistas, assim como com bons tradutores e outros auxiliares especializados.

Referentemente aos meios técnicos e tanto no que concerne à imprensa como à rádio, é de notar que, independentemente do trabalho implicado por um aparelho próprio, nós não produzimos 10% sequer do consumo que presentemente nos oferecem publicações e emissoras estrangeiras. Mais: não passará muitas vezes de uma atitude estereotipada malbaratarmos esforços em tentativas imperfeitas ou demoradas de criação de aparelhos próprios de expressão, em lugar de aproveitarmos imediatamente aqueles que, sem serem nossos, se colocarem à nossa disposição.

A iniciativa mais urgente que, neste capítulo, se nos impõe é criarmos uma espécie de grande Redacção, centralizada no exterior sob a orientação da J.R.P., encarregada de redactar, coligir e ordenar elementos concretos de apreciação crítica da acção fascista em Portugal e bem assim referentes à orientação da nossa luta. É necessário estarmos apetrechados para, nas alturas oportunas, podermos lançar aos militantes e ao nosso povo palavras de ordem adequadas às lutas que estiverem em curso ou puderem iniciar-se. Mas mais importante ainda, porque se trata de uma necessidade constante e prévia, é a crítica séria e quotidiana da política salazarista assim como a análise nas necessidades práticas do nosso movimento unitário.

Actualmente, no entanto, quão poucos de nós, com a imaginação ardente de palavras de ordem abstractamente revolucionárias, estaremos habilitados a proceder a este trabalho de análise concreta, de que carece a maior parte dos meios estrangeiros nossos amigos para se disporem a ajudar-nos!

Como em muitos outros casos sucede, as tarefas que no sector da propaganda parecem mais modestas são, simultaneamente, as mais exequíveis e as mais necessárias. Ler todos os dias o "Diário da Manhã", para responder *taco a taco* ao salazarismo, dentro e fora das fronteiras, é mais importante, no momento presente, do que ensinar o povo português a construir o socialismo em 48 horas.

M. S.

Uma Reforma Salazarista

Sob a pressão das exigências da industrialização que requer cada vez maior preparação técnica por parte dos operários e empregados, o governo português foi finalmente obrigado a encetar o aumento da escolaridade obrigatória até à sexta classe, ainda que dilatando a sua aplicação prática para daqui a 4 anos, devido à falta de professores!

Devido à política reaccionária de Salazar, orientada pelo conceito de que "saber ler, escrever e contar era su-

pulação portuguesa", as escolas do Magistério Primário, para a formação de professores, estiveram encerradas durante 10 anos. Muitas outras medidas de atrofamento da cultura e da educação foram tomadas ao longo do negro reinado fascista de Salazar, tais como a perseguição e demissão de muitos milhares de professores e intelectuais democratas. Portugal é, assim, o país da Europa de mais baixa escolaridade e cujo ensino é dos mais retrógrados. Por Portugal fóra há falta de escolas e salas de aula. Dão-se lições em salas arruinadas, em pardieiros e casas particulares. Cifram-se em muitas e muitas centenas as escolas sem mestre! Há, por outro lado, milhares de mulheres e também homens com a 4.ª classe ou pouco mais a ensinar, como regentes, nos chamados postos de ensino ou pouco aprenderam!

O panorama escolar do país é de tal forma confrangedor ao fim dos 38 anos que conta o actual regime que o próprio jornal fascista "O Século" não pode deixar de reconhecer que, devido ao fato de as dotações orçamentais para o ensino serem exiguas, devido à falta de professores em todos os ramos de ensino e à sua insuficiente preparação pedagógica; devido à insuficiente remuneração do professorado; devido ao mau apetrechamento técnico e científico da maioria dos nossos estabelecimentos escolares para um ensino de acordo com as realidades do tempo actual; devido à desatualização dos programas e à ineficácia dos processos de ensino; em resumo: devido a toda a política reaccionária e anti-social do governo salazarista — acrescentamos nós — 75% da população escolar fica impossibilitada de prosseguir os estudos para além da 4.ª classe. Nos exames de 4.ª classe há 60.000 reprovações anuais e nos exames de admissão aos liceus e escolas técnicas a média de reprovações todos os anos aproxima-se de 30% dos alunos inscritos.

No ensino secundário — Consta ainda "O Século" — a análise dos números causa ainda maior desolação: em cada 1.000 alunos do liceu 450 não chegam a concluir o primeiro ciclo; apenas 300 em cada mil conseguem concluir o 2.º ciclo; e destes últimos sómente 14 completam o 7.º ano.

Nas Universidades a situação não é menos pavorosa, onde a média dos aproveitamentos não vai além de 33%, quando nas Universidades inglesas e alemãs, por exemplo, a média dos aproveitamentos oscila entre 70 e 80%!

Tudo isto mostra que a reforma agora anunciada não passa de mais uma medida demagógica. Para além do mais, anunciando uma reforma para daqui a 4 anos nem os próprios fascistas estão hoje certos de estarem então no poder para a cumprir!

Sem uma reforma democrática da cultura — que ninguém ousaria crer possível sob o regime salazarista —, sem pôr fim à guerra colonial e desviar para a instrução e a cultura os milhões de contos nela dispendidos, sem uma remuneração justa do professorado, não pode falar-se da solução dos problemas do ensino. Ao longo dos 38 anos de regime fascista, a equipe salazarista apenas tem agravado este problema. Por isso, só a derubada da ditadura fascista e a instauração dum regime democrático poderá abrir caminho também à solução do problema da cultura e do ensino em Portugal!

B. S.

ACÇÕES POPULARES

LISBOA (Do Correspondente) — Nos meses de outubro e novembro continuaram a intensificar-se em todo o País as acções populares dirigidas contra o fascismo. Em dezembro, com o ascenso do movimento estudantil, as lutas reivindicativas em numerosas empresas sofreram poderoso estímulo, sendo frequentes os casos em que a unidade entre os trabalhadores se estabeleceu de um dia para o outro, no calor do entusiasmo suscitado pela combatividade dos estudantes.

Na CUF trava-se há meses uma batalha ininterrupta entre os operários e a direcção do monopólio. Como esta persiste em não atender as justas reivindicações do pessoal, a "cêra" no trabalho tornou-se uma realidade quotidiana, como aliás se verifica pela grande baixa dos índices de produção principalmente nas zonas textil e metal-metalúrgica. Independentemente disso, a luta assume também a forma das reivindicações directas e colectivas, como aconteceu em agosto, quando mais de 200 operários se apresentaram para exigir o pagamento das promoções prometidas há muito. A quase totalidade dos operários segue as principais palavras de ordem: aumento geral de 10 escudos nos salários, pagamento do

DEBATE SOBRE PROBLEMAS ECONOMICOS

No passado dia 4, sexta-feira, realizou-se no Centro Republicano Português mais um debate sobre aspectos económicos da realidade portuguesa. Presidiu à reunião, em que estiveram presentes algumas dezenas de democratas portugueses, o sr. capitão João Sarmento Pimentel. E orientou os debates, como na reunião anterior, o engenheiro Ricca Gonçalves, presidente do C.R.P.

Depois de algumas palavras iniciais proferidas pelo sr. capitão Sarmento Pimentel, o eng.º Ricca Gonçalves recapitulou o que dissera na reunião de quinze dias atrás: que o atraso da economia portuguesa é tão grande que apenas um portentoso aumento da produtividade poderá, no Portugal Democrático de amanhã, permitir a recuperação daquele atraso. E acrescentou "é uma ilusão pensar que um governo português que se siga ao derrubamento do salazarismo, qualquer que seja o seu matiz político, possa dar de comer aos portugueses a curto prazo".

O nosso companheiro Manuel Sertório, repetindo de certo modo o que já dissera na sessão anterior, declarou não considerar possíveis, ou pelo menos correctas, soluções estritamente económicas, e não em primeiro lugar políticas, para os problemas que amanhã se porão ao povo português. Não passa também de outra grande ilusão — disse — a ideia tecnocrata de que, tratando-se de problemas económicos, as suas soluções possam ser encontradas fora do contexto político das forças sociais empenhadas em facilitar ou impedir essas soluções. Por outro lado, declarou ainda, certas realidades ou soluções económicas, como o incremento da produtividade, serão progressistas ou reaccionárias conforme, precisamente, o contexto político em que tenham lugar.

Respondeu o eng.º Ricca Gonçalves que o certo é que a realidade económica portuguesa coloca problemas instantes que presidirão a qualquer opção política que venha a fazer-se. "Aquele que existe em Portugal não chega hoje para alimentar os portugueses", disse. Assim, o problema que punha em discussão, pressupondo que amanhã estaremos em situação de seguir o caminho que desejarmos, é o seguinte: o que iremos nós fazer em Portugal para pôr o nosso país ao nível da Europa, ou, mais singelamente, para dar de comer a 9 milhões de portugueses?

O sr. capitão Sarmento Pimentel disse ser de opinião que o problema fundamental do povo português era o analfabetismo. Os camponeses, analfabetos, eram autênticos *servos da gleba*. Chamou a atenção, também, para a gravidade de todos os problemas que se reportam à terra, como o de uma reforma agrária, o das propriedades abandonadas, o do reforestamento, o da necessidade de electrificação, o da irrigação e outros. E lembrou ainda a acção doutrinadora da "Seara Nova", no início da vida da revista, que pela primeira vez solicitou a atenção do país para estes problemas concretos.

Maria Irolina Roque exprimiu o ponto de vista, a propósito do analfabetismo, de que, não obstante a gravidade de tal problema, mais importante lhe parecia ser, logo após o derrubamento do fascismo português, a existência de um governo honesto,

que orientasse o povo na solução dos problemas básicos, como o do aumento do seu nível de vida.

A esta intervenção ripostou o sr. capitão Sarmento Pimentel que a honestidade não chegava. A gente da 1.ª República fóra toda ela honestíssima; e, no entanto, ele podia testemunhar que fóra por igual incompetentíssima...

O nosso companheiro Manuel Sertório precisou melhor o que quizer significar ao propor que não se considerassem soluções tecnocráticas para os problemas económicos do Portugal de amanhã. Deu um exemplo. Para a construção de uma grande obra, como a barragem de Assuá, no Egipto, ou a construção da ponte sobre o Tejo, em Portugal, é possível a um governo, depois de ter tomado a resolução de levar a efeito tal obra, chamar técnicos, nacionais ou estrangeiros, e dar-lhes as possibilidades de realizarem a obra, desde a sua projecção até ao fim. Mas à escala nacional é e será impossível a um governo fazer o mesmo, sem considerar a dinâmica social e classista em que se apoia e bem assim as forças sociais que ele combate e que o combatem, as quais poderiam não permitir a realização nem sequer de 10% dos seus planos económicos. Daí o primado da política. No caso português, estava convencionado que o país será governado durante bastante tempo por uma coligação de forças sociais e políticas, no geral progressistas, que terão, antes de mais, de alcançar um terreno comum de propósitos políticos de reformulação das estruturas económicas portuguesas.

Respondendo, o eng.º Ricca Gonçalves disse estar de acordo quanto à previsão de uma coligação política que venha a governar Portugal. Mas acrescentou que a existência dessa coligação implicaria um forte apoio popular, que importava não fosse alienado. Ora, estando a grande maioria da riqueza nacional nas mãos da classe média, isto em números globais, seria ela a prejudicada com qualquer política de favorecimento das classes trabalhadoras. E assim se perderia o apoio do funcionalismo, pequeno e médio comércio, etc., que compõem a classe média portuguesa. Aí estava um problema simultaneamente político e económico.

Falando, mais um vez, dos problemas da emigração, alguns dos presentes afirmaram o ponto de vista de que ela certamente diminuiria muito após o derrubamento do salazarismo, enquanto outros foram ao ponto de afirmar a opinião contrária. A este respeito, o eng.º Ricca Gonçalves disse, ter por seu lado, fortes apreensões. Será necessário capitalizar para que Portugal passe da fase subdesenvolvida em que se encontra para uma fase economicamente desenvolvida. Este foi ou é, aliás, o problema de quase todos os países socialistas e dos novos estados da África e da Ásia. Ora, capitalizar significa, à escala nacional, a existência de um excedente da produção sobre o consumo e o aumento demográfico. Se, por exemplo, o aumento demográfico no nosso país for de 2% por ano e o aumento da produção for de 3%, apenas 1% poderá ser capitalizado. Mas é necessário, neste caso, que essa margem de 1%, ou o que for, não seja absorvida por um concomitante aumento do consumo nacional. Isto é: a necessidade de capitalização impedirá, durante muitos anos, a elevação do nível de vida da população portuguesa. E sendo assim, parece-lhe que parte dessa população, especialmente pertencente às classes trabalhadoras, continuará a emigrar para os países em que tiver oportunidade de receber maiores salários...

Alguém observou que, por outro lado, havendo já bastante mão de obra especializada em Portugal, muita dela trabalhava apenas 3 dias por semana.

E como, a seguir, se falasse na dificuldade de pôr de acordo, amanhã, todos os democratas sobre as melhores soluções para os problemas que tinham sido abordados, o sr. Alexandre Pereira afirmou a sua convicção de que isso não impedirá que a maioria estabeleça um acordo quanto a um grande número de problemas, levando à prática os seus pontos de vista. O principal óbice com que o povo português hoje se debate é a existência do fascismo. Derrubado este, até os analfabetos, com cuja situação muitos dos presentes se tinham mostrado preocupados, compreenderiam a natureza dos problemas que se porão ao nosso povo e ajudarão a resolvê-los.

Dado o adiantado da hora e tendo sido julgado oportuno, por todos, o prosseguimento destes debates, foi marcada nova sessão, a ter lugar, como as outras no Centro Republicano, pelas 20 horas do próximo dia 18.

DAS URNAS PARA A RUA A Luta dos Camponeses

Manuel Sertório

Nos meados do ano que agora se iniciou, terá lugar em Portugal a eleição dos deputados da Assembleia.

Desde outubro de 1945 nunca, porém, se verificou um interesse tão diminuído, por parte dos democratas portugueses, por estes pleitos eleitorais.

1. Os candidatos democratas são encarcerados ainda antes de oficializados e depois sujeitos a terríveis torturas, a que muitos deles não conseguem sobreviver. Nas assembleias eleitorais, os boletins de voto são arrancados das mãos dos eleitores e ostensivamente devassados, sendo imediatamente votos aqueles que se apressavam a votar nos candidatos adversos ao fascismo. Por outro lado, cada vez mais vai sendo maior o número de choques armados entre as forças da repressão e os camponeses revoltados do Alentejo, que incendiam as propriedades dos grandes latifundiários e os postos da G. N. R., fugindo depois para o território da Espanha democrática. Nas cidades, cresce também incessantemente o número de greves políticas, sendo sabotadas as fábricas em que os patrões pretendem opôr-se ao movimento grevista. Unidades militares regressam todos os meses a Portugal vindas das colónias, por se recusarem a combater as forças armadas da Organização da Unidade Africana, que ajudam os Exércitos de Libertação Nacional a alargarem progressivamente as áreas que já se encontram sob a administração, em Angola, Moçambique e Guiné, das respectivas Repúblicas Populares. Tanto os soldados das unidades regressadas como os daquelas que devem render as primeiras amotinam-se constantemente, saindo dos quartéis e defrontando-se, por vezes, nas ruas, com as forças fascistas da P.S.P. e da G.N.R. Apesar de vigorar a pena de morte para os desertores e amotinados e para todos os democratas quanto aos quais se prove o simples facto de serem membros da F.P.L.N., muitos tribunais políticos encontram-se paralizados, por o governo não conseguir provê-los de magistrados, dado o grande número de atentados de que estes têm sido vítimas. Por fim, a desorganização da economia acresce a completa desorientação do governo, para o que muito têm contribuído as incursões anfíbias dos grupos armados de exilados portugueses.

ESTA SERIA A SITUAÇÃO QUE TORNARIA COMPREENSÍVEL O DESINTERESSE DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS PELA REALIZAÇÃO DE MAIS DOIS PLEITOS ELEITORAIS SALAZARISTAS.

Mas está é, ao mesmo tempo, a situação que está, mais do que qualquer outra, longe de existir actualmente em Portugal.

2. As mais vastas camadas da população estão francamente opostas ao governo salazarista. Nos últimos seis anos têm tido lugar muitas acções populares em que aquela animosidade se tem claramente manifestado. Mas a maior parte dessas acções tem decorrido, precisamente, nos períodos eleitorais ou em função de reivindicações legais, como é o caso da agitação estudantil. Não obstante o incentivo que se tem desejado dar, desde há alguns anos, às acções violentas contra o fascismo, estas primam pela ausência. Mais ainda: certas formas de luta ainda não violentas mas sem dúvidas ilegais, como greves políticas, têm estado também ausentes das lutas populares anti-fascistas.

Porquê? Explicação para certas debilidades da acção anti-salazarista vamos encontrá-la na unidade insuficiente das forças democráticas e, conseqüentemente, nas próprias fraquezas da organização anti-fascista. Mas a explicação fundamental do dinamismo das forças democráticas ser o que é e não o que nós desejaríamos que fosse — está na própria estrutura da realidade portuguesa.

Não há dúvida que o governo de Salazar escraviza cada vez mais a economia nacional aos grandes trusts estrangeiros e que os interesses destes só oferecem consonância com os de alguns sectores da grande burguesia portuguesa. Por outro lado, apenas a estes interesses anti-nacionais servem a organização corporativa e as guerras coloniais. Mas muitos factores vêm impedindo a aguçamento das contradições sociais provocadas pelo imperialismo e pelo fascismo no nosso país. Estão neste caso, entre outros, os vultuosos empréstimos e os pseudo-investimentos estrangeiros; o carácter de mero estacionamento e paralisamento que actualmente têm as guerras coloniais (excepto na Guiné); e a nova e crescente emigração económica para países de moeda forte, com a dupla consequência de contrariar a diminuição de salários e de conduzir à exportação de divisas. O produto nacional tem aumentado e o mesmo tem sucedido com a produtividade. Assim, ao mesmo tempo que a pró-

pria independência económica de Portugal vai cada vez mais perigando, os interesses económicos e imediatos das classes que como tal, numa perspectiva histórica, são afectados pelo fascismo não se encontram hoje sensivelmente mais postergados do que há dez anos atrás. Uma excepção há a fazer, para a classe dos assalariados rurais, que, no entanto, é aquela que geograficamente é mais descontinua e historicamente mais inexperience.

Nada admira, por isso, que grandes sectores da pequena burguesia continuem preferindo aguardar, pacientemente, uma solução não revolucionária para o problema português; e que as classes trabalhadoras, permanecendo num isolamento nacional maior do que o desejável, se encontrem diminuídas na sua capacidade revolucionária.

3. No entanto, é absolutamente certo que quem está com a razão são, precisamente, os sectores revolucionários das classes trabalhadoras e da pequena burguesia, que afirmam que só pela violência o fascismo português poderá ser derrubado. O problema está, simplesmente, em saber por que espécie de violência, de acordo com a verdadeira radiografia da realidade portuguesa. Se a revolução terá de ser feita contra o fascismo, como é óbvio, a mim me parece que ela terá de ser também realizada, por mais estranho que aparente ser, à revelia de grande parte das camadas anti-fascistas da população. Simplesmente, isto não significa que essa revelia equivalha à ausência do processo revolucionário, mas sim que se impõe resolver, no decurso do próprio processo revolucionário, a contradição entre uma simples vanguarda revolucionária e o carácter de massas de que a revolução deverá revestir-se para poder triunfar.

Ora, a resolução desta contradição implica, concreta e realitadamente, o papel extraordinariamente importante que as acções de carácter inicialmente pacífico virão a ter no derrubamento do fascismo salazarista. Só essas acções, com efeito, permitirão o enquadramento dos sectores menos revolucionários pela vanguarda revolucionária; e só elas poderão provocar o choque decisivo entre as massas populares e as forças da repressão.

O que sucedeu, entretanto, na Oposição, no que se refere a este tipo de acções? Porque elas, configuradas nas lutas eleitorais, foram encaradas idealisticamente e sem ânimo revolucionário, provocaram, pela impressão de ginástica inútil, um desgaste psicológico bastante grande não só nas próprias massas como também nos dirigentes pequeno-burgueses e radicais. Estes dirigentes cairam no desespero e na conseqüente mistificação das acções violentas, como se só estas pudessem e devessem integrar o processo revolucionário. E o mais grave é que, nos últimos tempos, esta posição tem exercido, com êxito mas inegavelmente prejuízo para a luta anti-fascista, uma certa chantagem sobre democratas lúcidos, que acabam por ter o receio de defenderem como devem as acções pacíficas, não vão incorrer, numa emulação meramente verbal, na acusação de anti-revolucionários... Que esta posição é condenável e mesmo oportunista, mostra-o, porém, o facto de muitos destes democratas repudiarem as acções violentas verdadeiramente revolucionárias que devem ser praticadas, que são aquelas que puderem ter lugar no decurso de acções de massas. Se, no dizer destes democratas, tais acções devem ser evitadas, porque, chamando a repressão sobre as massas, levam depois à reacção delas, então que acções violentas acabarão por poder e dever ser praticadas? As de mero terrorismo individual?!

E, assim, cada vez mais cheia a nossa literatura revolucionária com enigmáticas acções especiais, corremos o risco, neste princípio de 1965, de desaproveitar dois pleitos eleitorais por os mesmos não serem suficientemente especiais e sim demasiadamente comuns, uma vez que conhecidas as datas da sua realização há muito deveriam ter sido encarados pelas forças democráticas como duas importantes batalhas campais contra o fascismo.

4. No que se refere à eleição presidencial, é verdade que, pela primeira vez na história do fascismo português, ela decorrerá por sufrágio indirecto, dificultando, assim, a acção das forças democráticas. Se deste modo, aliás, vai ter lugar a eleição é porque Salazar parece ter tido em 1959, ao alterar a Constituição, uma compreensão mais lúcida sobre a importância de uma eleição para os democratas do que sucedeu e sucede com muitos destes.

Muita coisa, porém, ainda assim pode e deve ser feita. Aos deputados da Assembleia, aos procuradores da Câmara Corporativa e aos outros actuais grandes eleitores do presiden-

te da República deve ser apresentado, pelas forças unidas da Oposição, o nome de uma personalidade anti-fascista ou mesmo independente de expressão nacional como merecedora de ser por eles sufragado. Inúmeras pressões populares poderão ser feitas em torno desta iniciativa, que se coaduna, aliás, com o direito constitucional de representação. E numerosas comissões legais de apoio ao candidato democrático ou independente podem, e devem, ser organizadas.

5. Quanto às eleições legislativas do último trimestre do ano, é bom relembrar aos cépticos e aos experientes revolucionários que jamais foi feita a experiência da apresentação de candidaturas anti-fascistas em todos os círculos eleitorais e muito menos a experiência da tentativa de fiscalização generalizada do acto eleitoral e das operações do escrutínio. Nada impede a organização imediata de serviços eleitorais das diversas listas democráticas. Se forem em tempo apresentadas todas as que a lei permite e se todos os democratas propostos fizerem seu um programa comum, curto e acessível à compreensão das massas, a campanha eleitoral assumirá um carácter potencialmente revolucionário. O programa eleitoral deve ser o dos "Objectivos Políticos" da F.P.L.N.

6. Há muitas formas de se ser revolucionário e sem dúvida uma delas será a de integrar piquetes democráticos de fiscalização do escrutínio. O caminho das urnas para São Bento é policiado por Salazar; mas o das urnas para a rua pode ser imposto pela vanguarda revolucionária.

Os Católicos Portugueses e o Regime Fascista

Luis António Pardal

Não raro, ouvindo ou lendo certos salazaristas, notamos que no fundo de seu pensamento está presente a ideia de que ser católico implica necessariamente fidelidade à política do dr. Salazar.

"Quem não é pelo governo, é comunista. O católico, visto a Igreja condenar o Comunismo, não é comunista. Por conseguinte, é salazarista". Este o silogismo, espalhado pelas forças intelectuais do fascismo português. Do que a referida elite "intelectual" se não quer aperceber é de que seu silogismo tem três patas; o que — diga-se de passagem — não nos surpreende, visto o actual governo nos ter habituado a contínuas monstruosidades intelectuais.

Antes de passarmos a uma exposição mais directa de que católico não é sinónimo de fascista, convém precisar que muitos católicos se situam entre os maiores responsáveis pelo presente estado de coisas.

A elite católica, não se apercebendo de que o regime português era fascista (Se o governo tal declarasse expressamente, o católico fugir-lhe-ia), e, sobretudo, admitindo que o governo era "bom" e "bem intencionado", relegou para o segundo plano a doutrina social da Igreja. Confiando no governo como sendo um "governo católico", e católico (sem vitalidade, é claro) deixou tranquilamente que o governo pensasse por si. E, neste estado de coisas, sucedeu o que tantas vezes se dá na Igreja Católica: — fiéis julgando-se dispensados de pensar simplesmente porque o Papa é infalível. É verdade: os católicos (como muitos outros) consideraram infalível o governo; deixaram-se iludir pelos "Te-Deum" de acção de graças, pelas Missas e por uma porção de outros actos que nosso governo manipulou em sentido bem diferente da quele que lhes imprimira o fundador do Cristianismo.

Uma coisa, sobretudo, é certa: O católico deixou-se iludir porque mandou para a caverna da indiferença a doutrina social da Igreja. Deixou que o pó caísse a seu bel-prazer sobre os documentos mais sérios do Catolicismo, nestes últimos tempos. Ai o seu erro fundamental. Todos os demais aí encontram sua base. Para que falar dos bispos e dos padres que usavam do púlpito para prégar o "Verbum Salazaris" em vez do "Verbum Dei"? Para que falar de conferências, de congressos e de actos litúrgicos, eminentemente políticos? Não vale a pena. É inútil. Esses homens não conheciam como deviam conhecer a doutrina social da Igreja. A ignorância foi o primeiro fracasso que o governo explorou para tornar-se "forte". E quando os responsáveis se deixam assim dominar, que podem fazer os demais? Pobres "canas agitadas pelo vento" nada mais fazem do que ouvir e acatar sem réplica o que do alto lhes é dito.

A ditadura fascista, hábil, como as demais, em servir-se de todos os meios para atingir seus fins, soube aprovei-

EVORA (Do Correspondente) — Após o período de relativo marasmo e de acentuado desemprego que se seguiu às ceifas, as lutas dos camponeses sem terra voltam a assumir novamente grande amplitude em todo o Sul do País. Com a chegada da época da retirada da cortiça e a aproximação da apanha da azeitona, a luta por melhores salários e em defesa da jornada de oito horas mobiliza muitos milhares de proletários rurais em dezenas de concelhos.

Em GRANDOLA os tiradores de cortiça conquistaram um aumento de 5 escudos, ao recusarem-se a trabalhar por menos de 45 diários. Em QUINTINHA, onde os agrários se mostraram mais arrogantes, o pessoal manteve-se em greve durante uma semana, resistindo a todas as pressões e ameaças, acabando por ver atendida a exigência do mínimo de 45 escudos. Em BARRADAS identica vitória foi alcançada após breve disputa entre o agrário Manuel Dias e os tiradores por ele contratados. A mesma jornada foi obtida, na sequência de lutas em que a unidade acabou por triunfar, em PEDRÕES, AMEIRA, RIBEIRA BAIXA, CERRO VERDE, CASAIS e MACEIRA.

Na região do CADAVAL, a presença de trabalhadores alentejanos constitui este ano, durante as vindimas, um factor decisivo para a obtenção de melhores jornadas. Organizados e com a experiência de inúmeras lutas, os assalariados do Sul tornaram possível a formação de uma frente unitária contra os proprietários exploradores, e mercê dela conseguiram que todos recebessem a jorna de 60

escudos e 5 fumaças. Cabe salientar que a regalia do tempo para fumar era desconhecida na região.

Durante as mondas do arroz, travaram-se igualmente em numerosos concelhos lutas por melhores salários que terminaram quase sempre com a vitória dos trabalhadores. Particularmente comentado foi o caso que após um numeroso rancho de mulheres, o proprietário João dos Santos, conhecido pela alcunha do "Quer Tudo", por uma diferença de dois escudos diários, o energúmeno despediu todas as trabalhadoras, mas em face da solidariedade do pessoal da região, viu-se coagido a chamar novamente o mesmo rancho e a prometer-lhe a jorna exigida. Entretanto, como mais uma vez faltasse ao compromisso, o pessoal abandonou o trabalho gritando-lhe na cara: *Agora monda ra, se és capaz!*

Um dos latifundiários que ultimamente tem concitado a aversão geral das massas rurais do Sul é o tubarão Espírito Santo. Na sua principessa herdada da COMPORTA não há velhacaria e roubalheira a que não se entregue em prejuízo dos pequenos camponeses e dos assalariados rurais. Os reideiros do PEGO, acham-se agora em luta contra a sua exigência de trabalho gratuito nas valas e de proibição de tocar nas ervas que ali crescem. É tão mesquinho o banqueiro multimilionário que ao saber da reacção dos seus reideiros teve um ticsaço que revela bem o seu carácter: "Ou limpam as valas ou tiramos-lhes as terras e plantamos choupos que são bem boas para isso!" Acontece que os 250 camponeses interessados, cada vez mais unidos e decididos à luta, não estão dispostos nem a limpar as valas nem a permitir que lhes seja dado outro uso!

tar-se da Igreja, com toda a sua influência sobre o povo. Conseguindo isso, dava o governo um grande passo em frente. E daí por diante, o lobo fascista, vestido de manso cordeiro, meteu-se a devorar o rebanho.

Mas felizmente nem tudo no rebanho católico era carneiro. E um belo dia veio-se a saber. Uma voz no Porto se levantou. E essa voz era a expressão viva do pensamento de muitos. Ao seu eco, entretanto, acordava o Portugal Católico, que, tranquilamente dormia sob a sombra da árvore salazarista. Não todos, todavia, acordaram logo (o sono de alguns era demasiado profundo para poderem acordar ao primeiro toque...), mas todos se sentiram na necessidade de tirar dos olhos um "pouco de remela". E enquanto o bispo do Porto partia para o exílio, os católicos tratavam de rever a sério sua posição. E fizeram-no em hora oportuna. Não tardou a sua participação activa no movimento oposicionista. Desnecessárias, por conhecidas, provas de tal afirmação. Recordemos sómente o "Processo dos 40 católicos" e o assalto ao quartel de Beja, no qual participa, como chefe dos democratas civis, Manuel Serra, dirigente da JOC por vários anos. Mas não era ele o único católico; outros havia.

De modo que podemos afirmar que a elite católica não está com o governo. Está, sim, unida aos demais oposicionistas na luta contra o fascismo, preparando um Portugal digno dos portugueses.

Sejamos da facção política ou religiosa que formos, saibamos que católico não é o mesmo que fascista. É verdade que em certa época espíritos mal informados poderiam ser levados a pensar isso, verificando a atitude dos católicos portugueses. Mas uma coisa é certa: — Não era o catolicismo que estava errado; eram, sim, certos católicos que estavam trilhando caminhos, que — talvez sem eles saberem — não eram os da Igreja.

É certo que a Igreja Católica não canonizou nenhum partido político. Mas não é menos verdade que a doutrina católica somente é compatível com regimes que respeitem os direitos e os deveres da pessoa humana. A doutrina social católica somente é compatível com governos que defendam os direitos invioláveis da pessoa humana e que tornem mais viável o cumprimento de seus deveres.

Situar-se-á no plano citado o governo fascista português? — Não; bem ao contrário. Portanto, católico não é sinónimo de fascista.

N. da R. — O artigo que acima publicamos é de um jovem militante católico que chegou há pouco ao Brasil. As suas opiniões reflectem pontos de vista de um velho sector de opinião portuguesa integrado no movimento unitário.

TRIBUNA DO LEITOR

REPARO OPORTUNO

Do sr. Alberto de Magalhães, recebemos a seguinte carta:

"Assinante de Portugal Democrático e seu leitor assíduo, tenho notado com certa estranheza que a vossa documentação fotográfica não está à altura nem da parte de opinião nem do setor propriamente noticioso. As vossas informações, inclusive sobre as guerras coloniais, são quase sempre actualizadas e verifico com satisfação que o jornal tem correspondentes em mais de uma dezena de cidades da Europa e da Africa. Contudo, as fotografias que o jornal publica oferecem bem menor interesse e actualidade e sou levado a concluir que as poucas que se relacionam com acontecimentos referentes a Portugal e às colónias são fornecidas pelas agências noticiosas, pois costumam vê-las publicadas antes na imprensa diária brasileira. É uma lástima que um órgão com a expansão e a importância de "Portugal Democrático" não consiga obter uma documentação fotográfica que acompanhe a marcha da conjuntura portuguesa".

Alberto de Magalhães, Rio de Janeiro.

N. da R. — Somos, infelizmente, forçados a reconhecer inteira razão ao leitor cuja carta publicamos acima. A falta de uma boa documentação fotográfica é uma das deficiências do nosso jornal que desejaríamos ver eliminadas. O preenchimento dessa lacuna não depende, entretanto, de nós. Se é relativamente fácil termos correspondentes atentos tanto em Portugal como nas colónias, para não falarmos já de capitais de outros países, o mesmo não acontece em relação a um serviço altamente especializado como é o fotográfico. Dependemos inteiramente nesse campo dos nossos amigos e leitores. Cremos, contudo, que, com um pouco de boa vontade, poderiam chegar até nós pelo menos certas fotos importantes que são publicadas nos proprios jornais portugueses e na imprensa africana. Nesse sentido endereçamos um apelo a todos os nossos amigos.

PORTUGAL DOMINADO PELO IMPERIALISMO

salientar
ira fumar

oz, trava
numerosos
s salários
re com a
Particular-
que após
lhores ao
cobedi-
udo. Por
udo diá-
tofas as
da soli-
glia, viu-
mente o
lhe a for-
mo mais
omisso, o
to gritan-
da ca, se

e última-
são geral
tubarão
incipesca
o há ve-
não se
requenoe
s. variis
m-se ago-
ência de
de proi-
all cres-
aqueiro
da rea-
m dessa-
caracter-
mos: lhes
pos que
acontece
resados,
ididos à
m a lim-
que lhes

OR

hães,
aria:

l De-
as-
ta es-
men-
à ali-
nio
e no-
ções,
colu-
tuili-
acio
iden-
a de
frica,
ue o
bem
de e
e as
com-
s a
for-
leio-
ubli-
lria
que
e a
mo-
uma
que
con-

Rin

eliza-
car-
da
grá-
do
nos
chi-
ven-
e a
con-
em-
pa-
ais-
ão
ter-
co-
de-
po-
es.
um
de-
os
ão
ais-
ri-
ca-
os

A política fascista, ao longo de 38 anos tem sido uma política de submissão e entrega ao imperialismo. Os portugueses não podem dar um passo, não podem praticar um acto da sua vida corrente e trivial, sem verem os sinais do domínio dos imperialistas estrangeiros.

As minas pertencem-lhes praticamente todas: aos ingleses as mais ricas minas de volfrâmio da Europa (Panasqueira), o urânio da Urgirica, as pirites de S. Domingos, o ouro de Jales; aos alemães o ferro de Moncorvo, base primordial para a industrialização do País; aos belgas as pirites de Aljustrel e os carvões de Pejão, a que cabem dois terços das reservas de antracite conhecidas; aos americanos, o manganês e o estanho; aos franceses o volfrâmio da Borralha.

Dos imperialistas estrangeiros são os telefones (APT), o telegrafo, as comunicações internacionais (Marconi), os transportes colectivos de Lisboa (Carris), parte dos transportes ferroviários e dos aéreos (TAP), o domínio da frota petroléira (SOPONATA). Deles é uma parte considerável da produção e distribuição de energia eléctrica (CRGE, Elétrica del Lima-UEP, Termoeléctrica, posições destas companhias no trust dos trusts da Electricidade) e praticamente todo o ramo de artigos eléctricos (General Electric, Standard, Siemens, Philips, AEG, BICC, Ateliers de Charleroi). Deles são uma boa quota da Siderurgia, duas das maiores fábricas de cimento (Secil, Cibra), um dos dois grupos dominantes da cerâmica (Sacavém) e parte de outro (Vista Alegre). Deles é a refinaria de petróleo (SACOR), uma espécie de potentados industriais dos derivados do petróleo e todo o comércio externo e interno dos óleos minerais (Shell, BP, Mobiloil, Standard Oil). Deles é o exclusivo do fabrico de carruagens, de caminhos de ferro e locomotivas (SOREFAME), da montagem de automóveis e caminhões, e metade dos estaleiros navais existentes. Deles é a fabrica da Soda e boa parte do fabrico de adubos químicos (SAPEC, petroquímica, Nitratos). Deles é o fabrico de pneus (MABOR, FIRESTONE) e de cabos de alumínio e aço. Deles são sete das nove mais importantes firmas produtoras e exportadoras de cortiça (Mundet, Armstrong, e outras). Deles é a maior refinaria de açúcar (Sena Sugar), o maior trust de lacticínios (Nestlé), uma das duas grandes companhias de tabaco (CPT). Deles são numerosas fábricas têxteis, de celulose e de papel, de conservas e de bebidas, de plásticos, de especialidades farmacêuticas, de explosivos. Deles são dois bancos estrangeiros que exercem a sua actividade em Portugal e um banco que se diz "português", mas é apenas um agente de grandes monopólios internacionais (Banco Buryay). Deles são dezenas de companhias de seguros, às quais cabe cerca de um quinto do total dos prémios e a posição preponderante no ramo através do resseguro. Não lhe escapam tintas e construções, hotéis e espectáculo. E até o vinho do Porto, produto português por excelência, está em parte decisiva nas suas mãos.

Em toda a parte, os imperialistas estrangeiros nos tiram os bens, nos exploram o trabalho, nos impõem os artigos, nos obrigam a pedir licença para vender ou não vender o que é nosso, e ainda por cima vexam e insultam. Na vida diária dos portugueses, a presença da exploração imperialista é constante, apesar de que muitos disso não se apercebem. Eles exploram, eles fabricam, eles vendem. Ao estrangeiro se paga a luz e a lampada que nos ilumina, o petróleo que consumimos, o sabão e o sabonete com que lavamos, a margarina que comemos, o leite condensado ou o refrigerante que bebemos, muitas portuguesíssimas sardinhas que petiscamos, a louça de que nos servimos, o fosforo que acendemos, o cigarro que fumamos, o bilhete do eléctrico em que nos transportamos, o telefonema que fazemos. Há vilas e regiões inteiras que mais parecem colónias do que a terra de um país independente. A portuguesíssima Ilha da Madeira, "a perla do Atlantico", a ilha que um dia será um paraíso para repouso dos nossos trabalhadores, foi reduzida à condição de uma possessão inglesa. Os ingleses dominam de tal forma as indústrias locais e a exploração, consideram tão ostensivamente aquilo como deles, que ainda há pouco nos aviões da carreira Lisboa-Funchal, em inglês eram escritas todas as indicações. Por razões diversas, pela concessão das grandes bases militares aos

Estados Unidos e pela corrente emigratória, também os Açores, tão portuguesesíssimos como a Madeira, se estão lentamente americanizando.

O domínio do imperialismo estrangeiro representa um fardo não menos que aquele que é imposto ao povo português pelos monopólios e latifundiários domésticos. Ele significa a exploração da classe operária portuguesa em benefício dos milionários ingleses, americanos, alemães, belgas, franceses e outros, que, instalados comodamente nos seus países, recebem os frutos do nosso trabalho, das nossas privações e da nossa miséria. Ele tem sido e é uma das causas fundamentais do atraso do país, pois o capital estrangeiro faz razer dos nossos recursos sem cuidar do futuro económico de Portugal, que, pelo seu atraso, pelo baixo preço das matérias primas e da força do trabalho, é considerado na Europa lugar ideal de investimentos. Ele significa para Portugal não apenas a perda da indepen-

"Portugal Democratico" inicia neste numero a divulgação de uma série de documentos actualizados sobre os mais diversos aspectos da realidade portuguesa. Os dois textos que publicamos nesta página foram extraídos de um importante trabalho que representa um completo levantamento da conjuntura nacional.

dência económica, como a perda da independência política, pois atrás do domínio económico vem a intervenção e a influencia na política nacional, as exigências de carácter político, diplomático e militar, e o auxilio do governo fascista que serve os imperialistas.

Sem dúvida que as grandes exportações de capitais para Portugal dão lugar a novos empreendimentos industriais, à instalação de novas fábricas. O "progresso do País" que daí tem resultado é, porém, apenas o desenvolvimento do capitalismo, a liquidação mais apressada das pequenas empresas, a aceleração do progresso da concentração e do estabelecimento de monopólios, a acumulação de riqueza num número cada vez mais restrito de famílias de multimilionários e a acumulação da pobreza num numero cada vez mais elevado de trabalhadores assalariados e pequenos burgueses semi-proletarizados. Os fascistas, como porta vozes que são dos

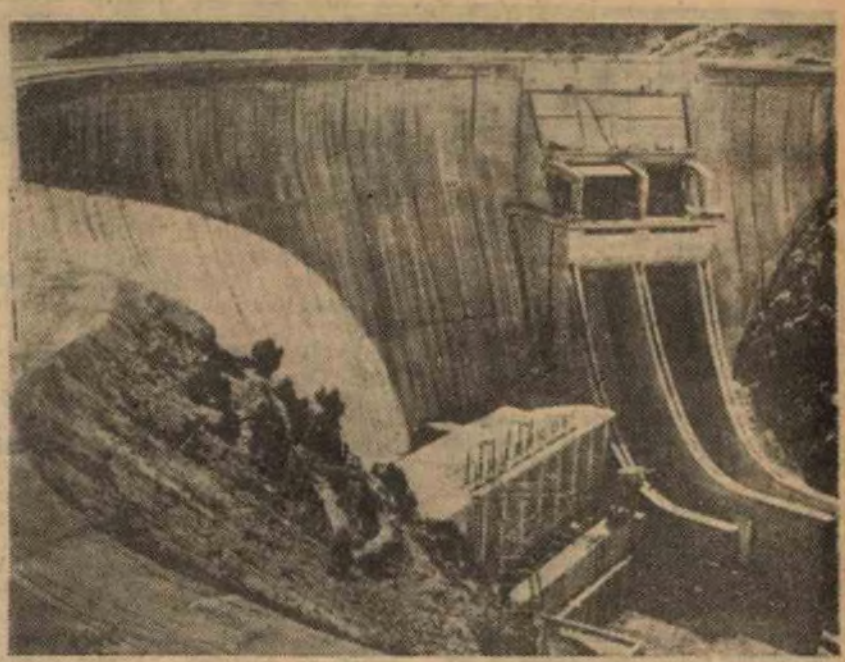
imperialistas estrangeiros, pretendem fazer acreditar que os investimentos de capital estrangeiro são favoráveis e necessários ao desenvolvimento do País e à elevação do nível de vida dos trabalhadores. Os factos mostram, porém, que assim não é.

Que se passa, por exemplo, no que respeita às minas? Só nesse sector, 2,5% de todo o proletariado industrial trabalha para os imperialistas estrangeiros e 1% do "produto bruto nacional" vai para o estrangeiro. Pagando aos mineiros portugueses salários de fome, condenando-os a uma vida miserável que não tem paralelo em quaisquer minas de outros países europeus os imperialistas obtêm lucros fabulosos. A Beralt Tin que explora as minas da Panasqueira, acusa em alguns anos lucros líquidos que correspondem a mais de 100 libras por operário, isto é, mais do que o salário que pagou. O dividendo dessa companhia chega a atingir 160%. Com as outras companhias sucede coisa semelhante.

Quando à riqueza mineira os imperialistas não respeitam no mínimo os interesses portugueses. Seguem métodos tão rudimentares de extorção que no sector mineiro, a 35 de capital constante correspondem 65 de capital variável e a potência instalada é apenas de 2,7 cavalos-vapor por operário no conjunto das minas e de 1,8 cavalos-vapor por operário nas minas de carvão. Não planeiam racionalmente a extracção, nem fazem uma inventariação dos recursos disponíveis. Não cuidam de garantir reservas para o futuro. Tendo apenas em mira o lucro e os fornecimentos de matérias primas à industria dos seus países, realizam uma extracção voraz, de que tem resultado o criminoso esgotamento de algumas minas, cujos recursos eram importantes para o desenvolvimento da economia nacional.

Que se passa nas cortiças? Dominando a produção e a exportação, os grandes monopólios americanos (Mundet, Armstrong) fixam preços da matéria prima e do produto, submetem a produção aos interesses da industria da cortiça e dos plásticos dos Estados Unidos, exploram ferozmente os operários corticeiros, provocam o encerramento de fábricas, a redução de elaboração, o desemprego e conduzem a industria da cortiça à crise profunda que há muito atravessa. É isto que representa o domínio imperialista para a classe operária. É isto que representa o domínio imperialista para o desenvolvimento e o progresso económico do País.

Do domínio imperialista, o povo português só tem recebido miséria e privações e a Nação portuguesa só tem sofrido a dilapidação das suas riquezas e o atraso que a coloca no fim da escala dos países europeus.



Apesar da orquestração publicitária do fascismo português em torno da construção de barragens, Portugal continua a ser o País da Europa de mais baixo consumo per capita de electricidade. A gravura reproduz um aspecto do aproveitamento hidro-electrico de Castelo do Boque, cuja produção de energia — apesar do alarido feito à sua volta — é insignificante no computo geral.

A NECESSIDADE DA REFORMA AGRARIA

Portugal encontra-se dividido, quanto ao regime de propriedade, em duas zonas bem diferenciadas, separadas pelo Tejo; ao Norte predomina a pequena propriedade, ao Sul predomina a grande propriedade. Neste panorama geral, aparecem algumas importantes manchas discordantes: por um lado, a pequena propriedade no litoral algarvio, por outro lado, as de grande propriedade no Alto Douro na região fronteiriça do nordeste e, como que num prolongamento do Alentejo para o norte do rio, no distrito de Castelo Branco até às serras da Gardunha e da Estrela e em concelhos ribeirinhos dos distritos de Lisboa e Santarém.

Na zona da grande propriedade, a terra está praticamente nas mãos dos grandes e muito grandes proprietários. Nos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Setúbal 50.644 explorações de menos de 50 hectares, ou seja, mais de 90% do total de 55.850 explorações, têm apenas 18% da terra de cultura arvense (cereais e leguminosas em cultura extensiva). Quanto às grandes explorações, 3.019 de mais de 100 hectares, ou seja 5,4% do numero, ocupam mais de 1 milhão e meio de hectares de cultura arvense, ou seja três quartas partes do total. As 777 maiores explorações (de mais de 500 hectares), que representam apenas 1,4% do numero cabe metade da terra de cultura arvense.

Ao sul do Tejo, há centenas de explorações agrícolas com mais de 100 hectares, muitas dezenas com mais de 2.500 hectares e são mais numerosas do que em geral se cuida as explorações com 5.000, 10.000 hectares e mais. O contraste entre estes grandes domínios territoriais e a escassez da terra dos mais pequenos agricultores é de tal forma chocante que algumas simples comparações não podem deixar de provocar indignação e revolta. As herdades da Palma e do Rio Frio, por exemplo, têm cada qual cerca de 16.000 hectares. Só qualquer dessas duas herdades ocupa mais terra que numerosos concelhos, onde, entretanto, existem 50.000, 70.000 e 90.000 e mais prédios rústicos.

Apesar da nítida diferenciação regional das zonas de grande e de pequena propriedade, seria errado supor que, nestas últimas os pequenos proprietários, dominam de facto as actividades agrícolas. É um erro deduzir das pequenas áreas dos prédios rústicos nas regiões de pequena propriedade que aí impera de facto a pequena propriedade, que "a terra está bem dividida", que "cada qual tem seu bocado" (...).

Nas regiões de grande propriedade, as áreas médias dos prédios ou das explorações escondem a enorme extensão dos grandes prédios e explorações. Nas regiões de pequena propriedade escondem tanto a escassez de terra ao dispor dos pequenos agricultores, como a existência de grandes proprietários. A verdade é que, mesmo nas regiões de pequena propriedade, a pequena produção está longe de ter a posição predominante que lhe é atribuída. Quando verificamos que as áreas médias dos prédios rústicos oscilam nos distritos dessas regiões entre 0,3 e 0,6 hectares, as áreas médias das explorações agrícolas entre 4 e 17 hectares e as áreas médias por proprietário entre 3 e 9 hectares, isto é um sintoma de que há grandes explorações e há grandes

proprietários, com dezenas de pequenos prédios.

Além disso, em algumas regiões de pequena propriedade, um número muito elevado de pequenas explorações não são por conta própria, mas de rendeiros e parceiros (40% no distrito do Porto, 32% no de Braga). São os camponeses pobres que trabalham em pequenos casais ou quintais, mas são os ricos proprietários que guardam o fruto desse trabalho nas numerosas parcelas que arrendam. Nesses casos, vemos predominar a um tempo os grandes proprietários e os pequenos agricultores. Nas regiões de grande propriedade, a quase totalidade da terra pertence a explorações com centenas e milhares de hectares, as pequenas explorações quase desapareceram, predomina em absoluto o proletariado rural. Nas regiões de pequena propriedade fortalece-se o poder de grandes proprietários de pequenas propriedades, e uma classe ainda numerosa de pequenos agricultores em vias de ruína e proletarização é confinada numa superfície agrícola cada vez mais reduzida.

Pode dizer-se em relação ao conjunto continental, que em Portugal predominam as grandes explorações agrícolas. Um inquérito feito em 1952 revelava que, num total de 801.162 explorações agrícolas existentes no Continente, 400.469 tinham menos de um hectare e 3.548 mais de 100 hectares. A estas 3.546 maiores explorações, que representavam apenas 0,4% do numero total das explorações, cabiam cerca de 45% do total da terra, dez vezes mais terra que aquela que cabia às 400.000 mais pequenas explorações!

A concentração da terra nas mãos dum pequeno numero de famílias, fica ainda mais evidenciada, ao considerarmos que menos de 10.000 proprietários possuem mais de metade da terra de Portugal continental; que a 848 explorações com mais de 500 hectares cabe mais de um quarto do total da terra; que os 500 maiores proprietários têm mais terra do que 500.000 mais pequenos!

Que indica uma tal situação? Indica a necessidade urgente duma reforma agrária que entregue a terra hoje em poder de um pequeno numero de latifundiários, aos assalariados rurais e aos camponeses pobres. Uma tal reforma atingirá um numero muito pequeno de famílias parasitárias e beneficiará muitas centenas de milhares de famílias camponesas. A questão, na prática, é sem dúvida complexa. Não se pode levar a terra do Sul para o Norte, nem é fácil a deslocação para o Sul de milhares de pequenos proprietários nortenhos. Dada a grande diferenciação regional quanto à divisão da propriedade, pode quase dizer-se que em Portugal se impõe a realização não de uma reforma agrária, mas de duas reformas agrárias, uma nas zonas de grande propriedade, outra nas zonas de pequena propriedade, reformas que tenham em conta as características especiais de cada região, o peso relativo do proletariado rural e do campesinato e dentro deste dos seus vários estratos. Mas a divisão da propriedade mostra claramente que um primeiro e decisivo passo pode ser alcançado em benefício da quase totalidade da população activa nos cam-

(Continua na pág. 7)

Natal do Prêso Político

Não deixem de nos enviar suas contribuições, com urgência.

Relacionamos abaixo os novos contribuintes:

Saldo do número anterior	121.200,00
José Alexandre Junior	10.000,00
Jacinto Rodrigues da Silva	1.000,00
Centro Republicano Português	45.000,00
Mario da Silva Bodas	1.000,00
Oliveira	2.000,00
A. Santos	500,00
Angelo	500,00
Cesar Teles	10.000,00
Julio Cesar Batista	10.000,00
Aurelio dos Santos	7.500,00
Francisco dos Santos Gomes	1.000,00
D. Júlia Mateus	500,00
Ex-Prisioneiro do Forte de Caxias	5.000,00
Francisco Aleixo	32.000,00
Antonio Alves	2.000,00
L. A.	500,00
Mario Henriques Leiria	1.000,00
M. A.	500,00
Assinatura ilegível	100,00
Carlota	100,00
Madalena	100,00
Assinatura ilegível	500,00
Mari Camargo	200,00
Eraldo Barone	200,00
ORIERUL	100,00
Total a Transportar	252.300,00

Pela amnistia e contra a repressão

Apelo dos Presos de Peniche

Em Portugal circula presentemente o comovedor apelo dos presos de Peniche que abaixo reproduzimos e que vem despertando uma grande vaga de solidariedade:

"Vivemos actualmente na mais sufocante e difícil situação repressiva. No dia 7 às 13 horas, no exacto momento em que os presos do pavilhão A e do pavilhão B protestavam em voz alta contra as condições prisionais insuportáveis que nos foram criadas, um numeroso grupo de guardas prisionais investiu pela cela de Dias Lourenço, iniciando um selvático espancamento em massa. Todos os presos do 1.º piso foram assim brutalmente espancados a cassetete, nomeadamente Dias Lourenço, José Carlos, Lindolfo, Diogo Velez, Joaquim Carreira, José Rolim, Adelino Pereira e outros. Participaram nesse espancamento os guardas Rosa, Poupá, Duarte, Lopes e Gil.

Vítimas desta brutal agressão os presos gritaram: "Queremos visitas! Recreio! Convívio! Inquerito! Nazis! Fascistas!", durante cerca de dez minutos.

No dia seguinte foi anunciado um novo castigo de 45 dias sem recreio nem convívio, a iniciar quando outro terminasse. Ao mesmo tempo, uma nova onda de provocações castigos e ameaças se abateu sobre nós. Foram encerrados vários presos no "segredo". Quase todos os presos foram encerrados por uma noite nas copas dos refeitórios sob os pretextos mais fúteis. Ao mesmo tempo continuavam as ameaças de fuzillamento e de novas violências por parte do director, capitão Manuel da Encarnação Falcão e pelo chefe dos guardas, principais responsáveis pelas violências desencadeadas contra os presos.

Queridos amigos: chamamos a vossa atenção para a gravidade da situação em que nos encontramos. As violências são agora a vida corrente da cadeia de Peniche e as ameaças não devem ser subestimadas! Com os sucessivos castigos de isolamento estamos de facto em permanente regime celular.

Amigos, ajudai-nos!" "Portugal Democrático" em edições anteriores já havia alertado os seus leitores para esta nova vaga de terror desencadeada no presidio de Peniche. Os factos ora revelados pelas próprias vítimas do carrasco Manuel da Encarnação Falcão são de tal gravidade que estão a exigir a imediata mobilização de esforços no sentido de se prestar uma real solidariedade aos heróicos patriotas de Peniche. Deve ser mantida e ampliada a corrente de protestos dirigida a Salazar, aos seus ministros do Interior e da Justiça e ao esbirro Falcão. Mas esse tipo de acções de solidariedade é insuficiente. Urge dar-lhe o complemento necessário levando a denuncia dos crimes praticados em Peniche ao conhecimento de parcelas cada vez mais vastas da opinião pública internacional. As organizações democráticas portuguesas da America ainda em dezembro passado, dentro desse espirito, remeteram uma exposição à Comissão dos Direitos do Homem, relatando as condições inhumanas em que se processa a repressão em Portugal e qual é presentemente a situação dos presos políticos. Iniciativas como essa podem e devem, com manifesta utilidade, ser levadas a efeito por outros núcleos da emigração democrática.

Patriotas

Condenados

Nos Tribunais Plenários de Lisboa e Porto vêm-se sucedendo em ritmo ininterrupto os julgamentos de patriotas acusados de "actividades subversivas". A vaga de repressão atingiu tal intensidade que as autoridades fascistas para conseguirem dar vazão aos pedidos de condenação enviados pela PIDE ao tribunal criaram agora uma excessão intitulada PLENARIO AUXILIAR.

Damos a seguir as ultimas condenações de que temos noticia. Em 30 de outubro, o Plenário Principal de Lisboa condenou em 16 e 13 meses respectivamente os mineiros de Aljustrel João Mendes Fernandes e Antonio Amaro. No mesmo dia, no Plenário Auxiliár, sob a presidência do desembargador Arela Manso, terminou outro julgamento cujos reus eram intelectuais conhecidos, alguns deles presos em dezembro do ano passado. Viriato Ferreira Camilo foi condenado em 20 meses e o cineasta Vas-

co Granja e Henrique Espirito Santo em 18 meses.

No mesmo dia foi também lida a sentença referente ao julgamento dos engenheiros Frederico Georges Mirão, José Henriques Arantes, Alfredo Manuel Portela dos Santos, Alvaro Bulhão Pato Maia Rebelo e Blasco Hugo Correia Fernandes. Os dois primeiros foram condenados em dois anos e dois meses de prisão maior e na aplicação das famigeradas "medidas de segurança", equivalentes a prisão perpétua. Os três restantes foram condenados em vinte meses de prisão.

No dia 7 de novembro, o Plenário Auxiliár, sob a presidência de Arela Manso, proferiu nova sentença criminosa ao julgar seis patriotas da região de Alparça. Foram condenados, António Malaquias Abalada, em 2 anos de prisão maior, perda de direitos políticos por 15 anos, e medidas de segurança de internamento por períodos prorrogáveis de 6 meses a 3 anos; José Justino Machado, Joaquim Matias Arraiolos e Alvaro Brasileiro, cada um em 16 meses de prisão correcional; António da Costa Raposo e Jacinto Ramiro Marvão, em 14 meses de prisão correcional cada, e perda de direitos políticos por cinco anos.

No Tribunal Plenário, sob a presidência do juiz Almeida Moura, foram julgados no mesmo dia os trabalhadores rurais, Jerônimo Jordão Bom, de 37 anos, e seu irmão António Jordão Bom, de 25 anos, de Coruche, acusados de actividades subversivas. Foram condenados, respectivamente, em dois anos e dois meses de prisão maior e 18 meses de prisão correcional.

Também no Plenário Auxiliár e sob a presidência desse novo carrasco que é o desembargador Arela Manso foram condenados os operários: Fernando Pereira Marques em 21 meses de prisão; Mario Ferreira Dias, 19 meses; Manuel Martins, 18 meses; e Manuel Simões, 17 meses.

Absolvido o

Dr. Dias Amado

É, como verificamos os nossos leitores, verdadeiramente sinistra a onda de terror. Dezenas e dezenas de con-

denações que devolvem aos cárceres da PIDE patriotas que já ali vinham sofrendo torturas de toda a espécie.

A campanha, nacional e internacional, desencadeada a favor do dr. Dias Amado, preso há quase um ano sem culpa formada, teve, entretanto, um feliz desfecho, obrigando as autoridades fascistas a recuar do seu propósito de condená-lo. A sua recente absolvição foi uma grande vitória da solidariedade, constituindo uma excepção feliz no sombrio panorama da repressão que se abate sobre Portugal. O julgamento realizou-se no Plenário Principal, sob a presidência do Juiz Almeida Moura. A ultima audiência foi preenchida com os debates em que intervieram os drs. Lopes de Melo e Eduardo de Figueiredo, o primeiro representando o procurador da Republica e o segundo como patrono do réu. A sentença, recebida jubilosamente pela assistência que enchia totalmente a sala, concluiu pela absolvição, não dando como provadas as acusações constantes do despacho de pronuncia.

No Uruguai

Em Montevideo os democratas portugueses, tanto através da Junta Patriótica Portuguesa como da União das Mulheres Portuguesas e de Portugal em Sud America prosseguem na sua campanha permanente de denuncia dos crimes do fascismo e a favor da amnistia aos presos políticos. O relevo que a imprensa dedica às várias iniciativas das organizações democráticas portuguesas é significativo do bom acolhimento que estas encontram junto da opinião publica uruguaia. Num dos seus últimos números, por exemplo, o órgão da poderosa Federação dos Operários de Lanifícios, FOL consagrou quase duas páginas às solenidades comemorativas do 5 de Outubro em Montevideo e à campanha pela amnistia.

Por outro lado, a União das Mulheres Portuguesas tomou a iniciativa de promover uma campanha a favor das familias dos presos políticos, tendo já editado uma circular em que expõe o problema, solicitando donativos para essas vítimas do fascismo.

Liberdade Para Manuel Guedes!

Liberdade para Manuel Guedes! é um grito que em Portugal anda de boca em boca, uma exigencia popular que entrou nos dominios do quotidiano ferindo do modo mais desagradável os timpanos delicados dos fascistas.

Apesar da sua aparência exterior de invulnerabilidade, o aparelho policial do regime tem os seus pontos fracos e a experiência ensina-nos que Salazar recua muitas vezes quando, enfrentando uma pressão conjugada da opinião nacional e da opinião internacional, é posto em causa o problema do terror policial em relação a um caso concreto em que não há saída possível para a sua "moral" e o seu "direito". As vitórias que o povo português alcançou com a libertação de Manuel Rodrigues da Silva e de Maria da Piedade Gomes dos Santos não foram casos isolados. Outros houve; e outros haverá em que o ditador de Santa Comba terá de restituir a liberdade patriotas que durante anos sucessivos sofreram os horrores dos presidios fascistas.

Nos ultimos meses vem precisamente tomando forma em Portugal uma campanha a favor da imediata libertação de um grande patriota: MANUEL GUEDES! A internacionalização dessa campanha não tardará a ser uma realidade; mas, de qualquer modo torna-se indispensável, que ela obtenha a colaboração e o apoio maciço da emigração democrática portuguesa. Aos mais velhos, aos que militam há muito nas fileiras da opposição anti-fascista desnecessário se torna dizer algo sobre um herói do povo português da tempera de MANUEL GUEDES. Outro tanto não se passa com aqueles que entram na luta quando MANUEL GUEDES já se encontrava nas cadeias fascistas pagando pelo seu indefectível amor à liberdade e à dignidade da condição humana. Prêso em maio de 1952, isto é há mais de 12 anos, continua encarcerado, apesar de haver sido condenado apenas a uma pena de quatro anos. Trata-se, portanto, de mais um escandaloso caso resolvido a contento do fascismo mediante a aplicação das famigeradas "medidas de segurança",

actualmente denunciadas pelos mais eminentes juristas internacionais como "a mais bárbara e flagrante violação dos direitos humanos que se pode imaginar" (1).

Exactamente como aconteceu em situações semelhantes, Salazar não poderá guardar Manuel Guedes mais tempo prêso se um clamor internacional permanente acompanhar a pressão popular interna em favor da sua libertação. Ora isso, tenhamo-lo presente, depende em grande parte de nós, democratas emigrados. Torna-se necessário que os protestos, os abaixo-assinados, os telegramas, as manifestações de solidariedade de toda a ordem a MANUEL GUEDES se transformem em corrente ininterrupta.

Bem o merece aquele patriota. Prêso pela primeira vez em 1933, foi, como jovem marinheiro, um dos criadores da Organização Revolucionária da Armada que contribuiu decisivamente para o histórico levante de 8 de setembro de 36 quando parte da Marinha se sublevoou, solidarizando-se com a República Espanhola, então apunhalada por Franco, com a ajuda de Salazar, Hitler e Mussolini. Detido pouco depois em Espanha, foi condenado à morte pelos franquistas, escapando por pouco do fuzillamento durante os dois anos de cárcere passados num presidio de Carceres.

No total, MANUEL GUEDES conta mais de 18 anos de prisão! Está doente, com a saúde perigosamente abalada. No momento em que se preparam para lhe aplicar novo período de "medidas de segurança", exige-se a sua imediata libertação.

LIBERDADE PARA MANUEL GUEDES! é o grito cujo eco nos chega e que não deixaremos de repetir até que o grande patriota saia das enxovias da PIDE para o convívio dos seus familiares e amigos.

(1) Vide relatório da comissão de juristas que visitou Portugal em abril p.p. em missão da Associação Internacional de Juristas Democráticos, N.º 87 de "Portugal Democrático".



Desenho de Hilde Weber
João Salgueiro Gomes, recentemente forçado ao suicidio pela PIDE que enriqueceu com esse novo crime o seu historial sinistro. Pretendia a Polícia Política depois de submeter a interrogatórios o honrado e digno pai de Maria da Piedade Gomes dos Santos que o ancião revelasse o paradeiro da filha e pagasse, alem disso, uma caução de dezengas de milhares de escudos.

A F.P.L.N. DESFAZ...

(Continuação da 1.ª pag.)
foi convocada, após delicadas negociações, por acordo dos membros da J.R.P. e de alguns membros permanentes ou efectivos da Conferência. Entre os signatários da convocação, figura o sr. General Humberto Delgado, que se fez representar pessoalmente na comissão preparatória da Conferência.

No início dos seus trabalhos, tendo a Conferência verificado a ausência do General Humberto Delgado, resolveu que uma sua delegação entrasse imediatamente em contacto com o sr. General para lhe manifestar o interesse da Conferência pela sua presença.

A esta diligência opôs o sr. General Humberto Delgado uma recusa formal, sem apresentar qualquer motivação pessoal ou política para esta sua atitude.

A Conferência, verificando estarem presentes: a quase totalidade dos seus membros efectivos; uma forte delegação das organizações da F.P.L.N. vinda do interior do país, incluindo representantes do Executivo da Junta Central, das organizações unitárias das forças armadas, da juventude e dos estudantes; representantes devidamente mandatados das direcções dos três partidos políticos aderentes à F.P.L.N. (Movimento de Resistência Republicana e Socialista; Movimento de Acção Revolucionária; Partido Comunista Português); bem como de vários democratas expressamente indicados na convocatória inicial, na sua maioria por proposta do sr. General Humberto Delgado, deliberou prosseguir os seus trabalhos.

No termo da sua reunião, a Conferência entendeu que, nas condições presentes, não seria vantajoso designar um presidente da J.R.P. Consequentemente, o sr. General Humberto Delgado, que não foi reeleito membro da J.R.P., não se encontra investido da qualidade de representante da Frente Patriótica de Libertação Nacional (F.P.L.N.).

4. As resoluções da III Conferência da F.P.L.N., ao seu profundo significado de defesa e reforço do movimento unitário anti-fascista português houve quem anónimamente tentasse opor a mistificação de uma "outra conferência" da F.P.L.N.: Num "comunicado" enviado a um certo número de agências de informação internacionais, fala-se genericamente, confusamente, de "oposição" e de "sectores políticos do movimento". Na verdade, enveredando pelo caminho da falsificação consciente, desrespeitando normas elementares de segurança e pondo em risco a liberdade e a vida de companheiros nossos, procurando iludir a boa fé dos democratas portugueses e de jornalistas estrangeiros, utilizando abusivamente meios de divulgação pertencentes à Frente Patriótica de Libertação Nacional, tentou-se confundir a opinião pública de vários países e ganhar para uma só pessoa audiência e apoio internacionais de que goza a Frente

Patriótica de Libertação Nacional (F.P.L.N.).

Esta lamentável tentativa de mistificação política, cria uma situação nova que pode vir a dificultar certas formas de cooperação previstas nas resoluções da III Conferência da F.P.L.N. Duma forma ou de outra, os militantes e amigos da F.P.L.N. saberão pela sua acção e pela sua vigilância, defender os justos interesses da F.P.L.N. e do conjunto do movimento unitário democrático português.

5. As resoluções da III Conferência da F.P.L.N., têm um caracter essencialmente pratico.

Diariamente, na condução da luta anti-fascista, a F.P.L.N. tem de fazer face a numerosas questões de orientação politica, de tática, de organização e direcção, que exigem uma resposta pronta e adequada.

A III Conferência da F.P.L.N. procurou, no decorrer dos seus trabalhos, responder a estas necessidades, virando-se resolutamente para a solução dos seus problemas mais instantes, buscando para eles medidas de organização e de acção concretas e definidas.

Neste sentido, pode-se afirmar que a III Conferência não alterou as opções politicas fundamentais que constituíam já a orientação geral da F.P.L.N.

Mas o que a III Conferência da F.P.L.N. trouxe certamente de novo, para além da definição de princípios gerais de orientação politica e da resolução de uma dificuldade concreta no trabalho directivo, foi a enunciação mais realista e mais completa das tarefas praticas de organização e de acção de que o movimento unitário carecia para prosseguir e desenvolver-se. Daí também a razão porque um certo número de resoluções da III Conferência não serão, por sua deliberação, tornadas publicas.

Ultrapassando o mito da salvação exterior e afirmando conscientemente que a insurreição nacional vitoriosa não poderá dar-se sem uma preparação muito cuidadosa e árdua, a qual exige a concentração de todos os nossos esforços; pronunciando-se contra todos os actos que provoquem desorientação politica e consequentemente o retrocesso do movimento, a III Conferência da F.P.L.N. coloca, confiantemente, os militantes da F.P.L.N., os democratas portugueses e todo o povo português diante das suas responsabilidades. A todos os militantes da F.P.L.N., a todos os democratas, a todo o povo português, a III Conferência da F.P.L.N. dirige um vibrante apelo de combate. A todos encerra a tarefa concreta da multiplicação de acções, esforços e lutas que dinamizem o processo revolucionário democratico que conduzirá ao triunfo da insurreição nacional anti-fascista.

Todos unidos na batalha contra o fascismo! Todos unidos na batalha pela democracia! Viva a Frente Patriótica de Libertação Nacional! Viva a liberdade!
A JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA.

COLONIALISMO E ANTI-COLONIALISMO

Moçambique

BALANÇO DAS OPERAÇÕES MILITARES

Segundo um comunicado da Frente de Libertação de Moçambique, era o seguinte até ao dia 16 de novembro p.p. o balanço das operações militares travadas pelos combatentes do movimento desde o início da insurreição do povo moçambicano:

- 76 soldados portugueses mortos e dezenas de feridos gravemente.
- 7 postos militares ou administrativos destruídos.
- 4 viaturas militares destruídas e uma danificada.
- 1 vedeta militar danificada.
- 1 farol destruído.
- 1 prisão destruída e 40 presos políticos libertados.
- 6 comboios de mercadorias, com dezenas de vagões, descarrilados.
- 1 armazém e um estabelecimento comercial colonialista destruído.
- numerosas armas apreendidas, entre as quais metralhadoras, pistolas, espingardas, granadas, munições, etc.

A INSURREIÇÃO — REALIDADE INDESMENTIVEL

Transcrevemos abaixo, pela oportunidade de que se reveste, o comentário que o Boletim de Informação editado pela FRELIMO em Argel (dezembro) dedica aos acontecimentos em curso em Moçambique:

"O clima característico do estado de guerra reina já em Moçambique, em consequência da nossa acção militar. Nas regiões que atacamos, a população civil portuguesa não ousa mais passar a noite em casa, todas as noites as famílias deixam as respectivas residências dirigindo-se para o posto administrativo mais próximo, onde passam a noite para voltarem na manhã seguinte. Todos os europeus foram armados com pistolas e espingardas. Por outro lado, os jornais portugueses começaram já a aludir à morte de soldados portugueses em Moçambique "em acidentes", como costuma acontecer muitas vezes em Angola e na Guiné. O número de soldados portugueses em Moçambique aumenta constantemente. No dia 15 de novembro chegou ao porto de Lourenço Marques um contingente de 800 soldados, incluindo pessoal da Marinha, da Infantaria e da Força Aérea, destinado a reforçar as guarnições militares de Moçambique. O Governador Geral de Moçambique realizou várias viagens ao centro e ao norte da colónia, para estudar as "condições de segurança". Os comunicados das Forças Armadas Portuguesas reconhecem já oficialmente a nossa luta — seja directamente, confirmando os ataques que desencadeamos, seja indirectamente, corrigindo os comunicados da FRELIMO, declarando que o número de soldados portugueses mortos é inferior ao que anunciamos.

A nossa luta armada prossegue com golpes de mão, rápidos e breves contra os postos militares portugueses e contra as patrulhas, acompanhada

também de actos de sabotagem. O êxito das nossas acções é demonstrado pelo facto de em todos os ataques desfechados pelos combatentes da FRELIMO desde o nosso último comunicado de imprensa não termos a deplorar nenhum morto ou ferido. Por outro lado, o total de mortos e feridos entre os portugueses é muito elevado e considerável o material de guerra deixado no terreno e que foi apreendido pelos combatentes da FRELIMO.

Os resultados já obtidos no desenrolar da nossa luta contra as forças colonialistas são muito encorajadores para a continuidade e para o progresso da Revolução Moçambicana. A coragem e a combatividade dos nossos militantes manifesta-se de modo decisivo em todas as facetas da luta.

O apoio das populações moçambicanas torna-se cada dia mais intenso, apesar da repressão maciça de que são vítimas por parte das forças colonialistas. Aldeias e lugarejos isolados são bombardeados desde que recaia sobre os habitantes a suspeita de terem ajudado e concedido apoio aos militantes da FRELIMO. A confusão reina entre a multidão dos colonos portugueses e as deserções são numerosas.

Todo o povo moçambicano sabe que, sob a direcção do seu movimento de vanguarda, a FRELIMO, vencerá as forças do domínio estrangeiro e alcançará a Liberdade e a Independência total.

O B.N.U. E A IMPRENSA

O Banco Nacional Ultramarino, que, através de vínculos financeiros, já dominava a opinião de dois dos principais jornais que se publicam em Moçambique — "Notícias" e "Tribuna", ambos de Lourenço Marques — acaba de ingressar no grupo que explora o semanário "Notícias da Beira", órgão de segundo plano na imprensa da colónia, utilizado por restrito sector capitalista como porta-voz dos seus interesses.

Apenas continuam fóra da influência do B.N.U. o "Diário", jornal ultrareacionário de Lourenço Marques e o "Diário de Moçambique" quotidiano católico, que se publica na Beira e foi agora atingido por uma suspensão de três dias. Buscando controlar inteiramente a opinião em Moçambique, para a defesa dos seus interesses monopolistas, o B.N.U. tentará levar estes dois últimos à asfixia, utilizando para isso o poder de pressão económica que possui, caso não venha a conseguir dominá-los por via da participação financeira.

Guiné

LIBERTADO 35% DO TERRITÓRIO

Segundo declarações de Amílcar Cabral, secretário do PAIGC, à imprensa francesa, cerca de 35% do território da colónia da Guiné já se acha nas mãos dos patriotas do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.

Reproduzimos abaixo os excertos mais importantes dessa entrevista da-quele dirigente:

"Os portugueses contavam com a última estação seca para acabar com a resistência. O quarto estado maior designado em dois anos (as guerras coloniais consomem muitos estados-maiores) tinha-se proposto modificar a situação em três semanas. O desastre é hoje total. Uma conferência de quadros reunida recentemente na zona libertada decidiu entregar nesta zona todo o poder ao povo, melhorar o funcionamento regular dos organismos do partido e alargar a sua direcção, diminuindo as exigências anteriormente estabelecidas, a fim de facilitar a colaboração de novos elementos. No plano militar estamos agora a unificar as guerrilhas populares, a acção do exercito popular e as milícias do partido para passar a um estado de guerra mais desenvolvido... Mas consideramos a luta armada como um aspecto da luta política. Os portugueses não têm hoje quase possibilidade de movimento. O povo já não paga impostos. Os portugueses tentam realizar eleições para retardar os acontecimentos, mas sem resultados. Permanecem como únicos aliados dos portugueses os chefes tradicionais. Mas a supressão do nosso secretariado

em Conakry (Resp. da Guiné) causales apreensões quanto ao futuro... "As coisas são actualmente relativamente mais fáceis. As adesões são mais numerosas, tanto no interior como no exterior.

(...) Consideramos os países socialistas como amigos históricos. Recebemos um apoio efectivo de todos. Encontramos também um apoio concreto em certos meios ocidentais que estão ligados pelo voto da O.N.U. que condenou o sistema colonial. A colonização fascista portuguesa não é um problema só nosso. É um problema de todos os homens".

NOVAS DERROTAS COLONIALISTAS

Em novembro as forças colonialistas portuguesas sofreram novas derrotas. Os comandos da PAIG alcançaram importantes vitórias nas regiões de Geba — Corubal, Bula e Có e repeliram com êxito ataques das tropas colonialistas em Bironque e Madina-Mandinga. Por outro lado, a Radio Dakar anunciou que por ordem do governo geral da colónia foi evacuada a população europeia das localidades de Mansca e Bafatá.

Angola

INTENSA ACTIVIDADE MILITAR

Os comunicados militares divulgados em Luanda pelas autoridades fascistas continuam a forjar vitórias inexistentes, mas a simples alusão ao aumento da actividade militar é interpretada pela população europeia como um desmentido oposto às teses oficiais pois significa na realidade um recrudescimento dos ataques dos patriotas angolanos. Registraram-se recintos particularmente violentos na região dos Dembos, com apreciáveis baixas para ambos os lados. Segundo um telegrama da France Press, datado de 28 de novembro, a actividade dos patriotas angolanos seria particularmente intensa na zona de Quizam, onde foram atacadas plantações ocupadas pelas forças portuguesas.

Por outro lado, o moral nas unidades colonialistas é cada vez mais baixo. A grande maioria dos soldados, agora melhor informada, sabe que trava uma guerra criminosa e sem qualquer possibilidade de solução vitoriosa. Daí o aumento das deserções e dos casos de indisciplina. Esse estado de espirito do exercito colonialista é de tal forma conhecido da população que a imprensa de Luanda, bem como a de outras cidades não esconde certos desaires que meses atrás eram cuidadosamente ocultados do grande público. A recente evasão do Hospital militar de Luanda de dois soldados e a sua posterior fuga para o Congo, foi, por exemplo, largamente noticiada. Os fugitivos — Carlos Alberto Oliveira Cruz Porfírio e Alberto Reis — utilizaram um automóvel com o qual atingiram a fronteira leste, junto ao Rio Luau, perto de Teixeira de Sousa. Al conseguiram obter a adesão de Gentil Matos Adão e atravessaram os três o rio numa canoa, depois de persuadirem o proprietário que eram guarda-fiscais. O carácter rocambolesco da aventura contribuiu para tornar a fuga simpática aos olhos de boa parte da própria população europeia de Luanda.

Ações Populares

(Continuação da pág. 3)

da ARMSTRONG. Em setembro foram encerradas mais duas fábricas, a de Teodoro Rubio e a de João Madeira, o que lançou na miséria mais de 250 operários, alguns com mais de 15 anos de casa. Os trabalhadores reagiram com ânimo à situação, apresentando-se no Sindicato para exigir a sua intervenção. Por outro lado, não houve um só operário de João Madeira que aceitasse assinar o documento que a empresa pretendia, eximindo-a do pagamento da indemnização.

Na seca do bacalhau, em PALHAIS, o pessoal recusou-se a trabalhar fóra do horário normal, pondo termo à exploração de que vinha sendo vítima. O capataz, depois de ameaçar todos com a GNR, recorreu ao expediente de utilizar apenas mulheres. Mas falhou, pois estas solidarizaram-se com o pessoal masculino, cruzando também os braços. A direcção da empresa, alarmada com o rumo dos acontecimentos, acabou por ceder, passando a respeitar o horário normal.

O Racismo de Salazar

Numa entrevista exclusiva a um jornal francês de direita, "L'Aurore", o primeiro-ministro Salazar, de Portugal, afirma que a independência "é catastrófica" para os africanos. Segundo o dirigente português, negros não podem substituir brancos, como administradores, porque "só os brancos são capazes de planificar uma acção e dirigir um trabalho".

Salazar anunciou seus conceitos racistas, de supremacia da raça branca, no momento em que a política colonialista de Portugal era condenada por líderes de 46 países, a maioria afro-asiáticos, reunidos no Cairo para a Conferência dos Países Não-Comprometidos.

Depois de Hitler

Em nome da supremacia racial, o nazismo matou mais de seis milhões de judeus. Isto resultou num neologismo: genocídio, que é a liquidação de grupos étnicos ou nacionais. Resultou, ainda, numa resolução internacional considerando as práticas violentas de racismo como crimes contra a humanidade. Em 1960, a junta executiva da UNESCO aprovou resolução pedindo aos governos "que tomem todas as medidas ao seu alcance para combater as formas de discriminação racial, anti-semitismo, violência e ódio".

Em Angola, colónia portuguesa da África onde há três anos se desenvolve um movimento nacionalista armado, Portugal tem-se aproximado do genocídio. O próprio Salazar se confessa, agora, um racista, depois de dizer, por tantos anos, que o papel de Portugal é plantar civilizações multi-raciais, na África. Para Hitler, a superioridade estava no sangue ariano. Para o dirigente português, na pigmentação da pele. No entanto, cientistas de 17 países, biólogos, geneticistas e antropólogos, reuniram-se há pouco, chegando à conclusão de que a superioridade de algumas raças sobre outras é simplesmente produto da fantasia, ou do fanatismo.

Em seu relatório, êsses cientistas, da Europa, Estados Unidos, América Latina, Ásia e África, liquidam com as teorias racistas, afirmando que o ambiente social e a cultura atual agem mais sobre os homens do que as características genéticas. Assim, um chinês não nasce com uma "mentalidade chinesa". Adquire essa mentalidade convivendo com chineses.

Da China a Angola, a conclusão é simples: se os negros africanos são incapazes, como diz Salazar, é porque eles se desenvolveram num ambiente social e cultural que lhes impôs essa incapacidade. Ela nada tem a ver com sua pele negra. Pelo contrário, foi um presente de homens brancos.

Rumo ao Ridículo

O racismo de Hitler levou o mundo a uma guerra que custou 40 milhões de vidas. O de Salazar não deverá

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

ter, no entanto, consequências tão funestas. Ele apenas cobrirá de ridículo um homem que se recusa a aceitar as transformações do mundo. (Newton Carlos, in Fôlha de São Paulo).

Reforma Agrária

(Continuação da pág. 5)

pos atingindo apenas uma mão cheia de parasitas.

Repare-se: se a terra que cabe às 3.500 maiores explorações agrícolas fosse distribuída pelas 400.000 mais pequenas, cada uma destas ficaria com cerca de 10 vezes mais terra do que tem na actualidade. Se se expropriasse apenas os 500 maiores proprietários e as terras fossem distribuídas pelo meio milhão de pequenos agricultores, estes veriam duplicadas as suas terras!

É evidente que, dadas as grandes diferenças regionais (de fertilidade dos terrenos de cultura, de rega, etc) não pode haver uma dimensão única à escala de todo o País, para as grandes e para as pequenas explorações agrícolas, para as grandes e para as pequenas propriedades. Dez hectares de regadio, por exemplo, podem constituir de facto uma exploração agrícola de "maior dimensão" do que 100 hectares de sequeiro.

Tendo em conta essas diferenças regionais, impõem-se como primeiro passo da Reforma Agrária no que respeita à propriedade e posse da terra, a expropriação e a entrega aos assalariados rurais e aos camponeses pobres das muito grandes propriedades. Tal medida atingirá um numero reduzido de grandes proprietários e beneficiará centenas de milhares de trabalhadores da terra.

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel. 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva

— Rua Real da Torre, 819 - 1.º

CURITIBA: A. Ferrer — Rua

João Pessoa, 67

LONDRINA: Julio Duarte —

Edifício Centro Comercial —

Apto. 141

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores, 26 —

Rio Grande do Sul

PELOTAS: Heitor M. Bandeira —

Rua 7 de Setembro, 312

— Pelotas — R. Grande do Sul

INGLATERRA: Grupo de Portugueses

Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood

Gardens, Barking, Essex.

HOLANDA:

ANGOLA COMITE — Vinkens-

traat - 13 — Amsterdam - C

CANADÁ: Portuguese Canadian

Democratic Association —

47 Barrymore Road — Scar-

borough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica

Portuguesa — Apartado 8287 —

Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica

Portuguesa del Uruguay Casi-

la de Correo, n.º 2.128, Distrito

5 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: João Ri-

beiro — Postovní Urada —

Jindisská, 15 — Schránká 646

— Praha

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191

— Sala 2 — Tel.: 37-0933 —

São Paulo.

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas

sábados: das 15 às 19 horas

Numero avulso: Cr\$ 50,00

Assinatura anual Cr\$ 1.500,00

Ass. p/o Exterior: US\$ 15,00

Ano IX x N.º 90 - Janeiro, 65

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

AMERICANIZAÇÃO DOS AÇORES

Sem comentários, e para que os nossos leitores fiquem cientes do ritmo acelerado em que prossegue o processo de entrega dos Açores aos americanos transcrevemos abaixo do jornal fascista "A Voz de Portugal" (vulgo Voz do Dono) o seguinte telegrama, conservando-lhe inclusive os erros de português: BASE AEREA DAS LAJES (Ilha Terceira), 24 — O tráfego norte-americano na base das Lajes de ordem dos treze mil aviões que ali transitaram entre julho de 1963 a julho do corrente ano. Mais de cento e quarenta mil pessoas passaram pelas Lajes. Por outro lado, o número de pessoas que constituem o setor norte-americano atinge 7.800 das quais 2.200 são empregados portugueses das instalações da Base. O pessoal militar conta-se por 2.500, a que há a juntar 190 civis, e as famílias de uns e outros. As escolas norte-americanas têm uma frequência de mil alunos, com cursos de ensino primário e secundário.

Declaração de Militares Revolucionários da F.P.L.N.

Os oficiais portugueses que constituem o Comité de Militares Revolucionários da F.P.L.N. divulgaram em Argel, no dia 25 de outubro p.p., a seguinte declaração:

"Obrigados a escolher entre a obediência às ordens do governo fascista e a fidelidade às justas aspirações do nosso povo, nós escolhemos a causa do povo, a luta pela Democracia e pela Independência Nacional. Obrigados a ser soldados da morte nós escolhemos ser soldados da Liberdade.

Os comandos fascistas, de há muito cuidadosamente escolhidos entre os elementos mais reaccionários, procuram fazer das Forças Armadas não

uma instituição ao serviço do Povo, mas um instrumento de repressão ao serviço do governo e dos interesses por este defendidos. Durante 38 anos assistimos ao zelo com que esses renegados têm tentado sufocar as explosões de descontentamento popular e as sucessivas lutas do nosso povo pela conquista das liberdades democráticas e dos mais elementares direitos humanos. Agora temos esse crime monstruoso, essa vergonha que é a guerra colonial. Somos obrigados a ver partir para as colónias milhares de jovens que ali vão lutar e morrer não por Portugal, mas pelos lucros fabulosos daqueles que exploram na nossa terra o Povo Português e que

são os mesmos que, nas colónias, exploram as populações locais. Sabemos que o que se esconde por detrás da guerra colonial não é o interesse do Povo Português: é o interesse dos monopólios nacionais e estrangeiros, inimigos comuns do Povo Português e dos Povos das Colónias. Ao denunciarmos a política fascista e colonialista de Salazar, nós dizemos como Antero de Quental, que, "o nosso inimigo não é a liberdade é o despotismo" e que "um povo livre não medra com o mal alheio, não sacrifica à deusa da vitória a independência de outro povo".

Recusamo-nos a ser os carrascos do nosso povo e igualmente nos recusamos a lutar e a morrer em África para defender os lucros de meia dúzia de senhores, mas estamos dispostos a lutar e a morrer em Portugal pela causa da liberdade e pela independência da nossa Pátria.

Estamos ao lado do Povo, estamos ao lado de Portugal. Somos soldados e o nosso dever, neste momento, é lutar contra a ditadura fascista, para que Portugal seja restituído ao seu legítimo dono: o Povo Português.

Saudamos a III.ª Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional, como um passo importante para o desenvolvimento da luta antifascista. Dirigimo-nos a todos os democratas e anti-fascistas, especialmente os militares, para que se organizem e juntem às outras forças democráticas, para que adiram à Frente Patriótica de Libertação Nacional, para que, onde quer que se encontrem, resistam e boicotem as ordens fascistas.

Ao declararmos solenemente que estamos dispostos a dar a nossa vida pelo triunfo da Democracia e da Liberdade, manifestamos a nossa confiança na Frente Patriótica de Libertação Nacional e a certeza inabalável de que unidos venceremos e construiremos uma Pátria independente e livre".

Abaixo o Fascismo, viva a Frente Patriótica de Libertação Nacional, viva a Liberdade, viva Portugal.

O Comité de Militares Revolucionários:

José Ervedosa (major-piloto avião)

Mário Moutinho de Padua (alferes-miliciano médico)

Manuel Alegre (alferes miliciano de infantaria)

José de Moura Marques (alferes miliciano de artilharia)

José Moura Pimenta (alferes miliciano de infantaria)

Portugal Democrático

Mais de uma vez, nos últimos meses, temos chamado a atenção dos nossos leitores e amigos para a situação verdadeiramente crítica que "Portugal Democrático" vem atravessando. O constante aumento das despesas, resultante do processo inflacionário brasileiro, agrava de mês para mês um deficit para o qual não temos podido encontrar solução, por falta da correspondente elevação das receitas. Em dezembro só nos foi possível editar o jornal graças a um empréstimo que conseguimos obter, pois o custo da composição e impressão subiu em 70%. E como se isso não bastasse, as tarifas do correio vão sofrer novo aumento a partir de 1 de janeiro, o que se traduzirá para nós numa despesa adicional de cinquenta ou sessenta mil cruzeiros. Nestas condições, o problema da sobrevivência de "Portugal Democrático" está colocado nas mãos dos seus leitores, principalmente aqueles que residem fora do Brasil, já que quase metade do nosso orçamento é absorvido com os gastos das remessas para o Exterior.

"Portugal Democrático" é o mais antigo órgão da oposição democrática editado no estrangeiro e o que tem maior expansão entre os núcleos portugueses espalhados pelo mundo. Não pretendemos valer mais do que aquilo que somos. Mas seria na realidade desalentador se por carencia de uns 300 mil cruzeiros mensais —isto é por falta de colaboração da emigração democrática portuguesa — "Portugal Democrático" viesse a cessar a sua publicação. De cada leitor depende um pouco evitar que ao fascismo salazarista seja dada a satisfação de ver desaparecer um dos raros instrumentos de combate que no Exterior nunca deixou nos últimos dez anos, de denunciar os crimes da ditadura salazarista e de exigir a libertação do povo português.



Eles não são nem os paraquedistas de Massu e Bigeard, carrascos do povo argelino, nem tampouco os seus colegas belgas que tão recentemente deram que falar. São os paraquedistas de Salazar, um corpo treinado especialmente para massacrar os patriotas africanos que lutam pela independência dos seus Países contra o colonialismo português.

Ultima Hora

Moçambicanos Apresam Combóio

Segundo a agencia britânica Reuters, patriotas da FRELIMO alcançaram nos primeiros dias de dezembro uma vitória que pela originalidade das circunstâncias que a marcaram teve imensa repercussão em toda a Africa Oriental e particularmente nos países vizinhos de Moçambique. Um comando da FRELIMO, actuando na região central da colónia, conseguiu deter um comboio de passageiros e vencer após breve luta a guarnição encarregada da sua protecção. Sete soldados portugueses morreram durante o combate e 16 foram feridos. Os guerrilheiros, contudo, não molestaram os civis que seguiam nos vários vagões, limitando-se a apreender as armas e munições que o comboio transportava, bem como documentação militar classificada de "secreta".

É este, como os factos demonstram, o panorama da "provincia" onde Salazar declara reinar "a mais absoluta paz".

Os Estudantes Enfrentam a Policia

LISBOA (Do Correspondente) — O movimento estudantil, que vinha apresentando significativos indícios de fortalecimento acaba de alcançar uma importante vitória, abrindo novas e excelentes perspectivas de luta ao combate geral do povo português contra o fascismo.

Os acontecimentos atingiram o "cell-max" nos dias 10 e 11 de Dezembro durante o julgamento do estudante Saldanha Sanches, preso pela PIDE durante as manifestações que antecederam o 1.º de maio. Saldanha Sanches fora então ferido com um tiro pelas costas, em circunstâncias que na altura revoltaram profundamente o conjunto da classe estudantil.

Já nas vésperas no julgamento o ambiente era de tensão em todas as faculdades da Universidade de Lisboa. Prospectos foram amplamente distribuídos informando a opinião pública da farsa jurídica em preparação, e chamando a sua atenção para o facto de que o processo de Saldanha Sanches era afinal o processo de toda a juventude portuguesa, lembrando que mais de 40 estudantes aguardavam julgamento nos cárceres da PIDE.

No dia 10, apesar de todas as precauções tomadas pela PIDE, pela PSP e pela GNR, os estudantes manifestaram-se nas ruas, convergindo em grande numero para as imediações do Tribunal, isolado por poderosa força policial. Em plena Baixa registraram-se então choques violentos entre os manifestantes e o aparelho de repressão encarregado de enfrentá-los.

A população está inteiramente ao lado dos estudantes e profundamente revoltada com as violências da policia.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Com. Furtado, 191. — SP, Brasil
Endereços de Assinantes

PEQUENAS NOTÍCIAS

● Durante a sua recente visita à Índia, o Papa Paulo VI enalteceu as virtudes morais e civicas do povo indiano e do seu falecido dirigente Nehru. Manteve contactos cordiais com o presidente Radhakrishnan e com o primeiro-ministro Shastri. Esses gestos do chefe da igreja católica feriram profundamente o fascismo português.

● Vinte e nove generais e almirantes portugueses e espanhóis reuniram-se em Lisboa em novembro para discutirem "planos e táticas para a defesa comum das duas nações de um ataque nuclear. O comunicado divulgado a respeito é realmente anedótico, mas o que se discutiu no encontro foi a coordenação da acção repressiva das forças armadas dos fascismos ibéricos contra os respectivos povos.

● Macau continua a ser um antro mundial do vício. O governo de Salazar acaba de ampliar de oito para vinte e cinco anos "o período de monopólio de jogo", o que levou vários jornais de Hong Kong a comentarem a medida jocosamente, pois não acreditam que Macau não volte à China antes de findo esse longo prazo.

● A imprensa fascista portuguesa vem fazendo grande alarido em torno de pretensas realizações a empreender em Timor ao abrigo do chamado Plano Intercalar de Fomento. Salazar enviou mesmo a Dili o sr. Silva e Cunha, ex-menino da Mocidade Portuguesa e actual Secretário da Administração Ultramarina. Na realidade, 400 anos de colonização portuguesa em Timor traduzem-se numa taxa de analfabetismo superior a 95%, desconhecimento geral da lingua portuguesa e na existência de aglomerados humanos onde as condições de vida pouco mudaram desde o neolítico.

● O presidente fantoche Américo Tomás fez nova visita, desta vez particular, a Espanha. Foi ali a convite do caudillo, a fim de participar numa caçada de aristocratas, na região da Santa Cruz de Mudela.

● Na Camara, o primeiro ministro Harold Wilson declarou que o governo britânico não venderá mais armas a Portugal. Replicando a essa afirmação, a propaganda fascista portuguesa esclareceu prontamente que o governo de Salazar não necessita para nada das armas inglesas pois tem quem lhe forneça em condições bem mais vantajosas, como é o caso da República Federal Alemã.

● O actual ministro das Corporações, sr. Gonçalves Proença, vem-se revelando um demagogo ainda maior do que o seu famoso antecessor Veiga de Macedo. Em discurso pronunciado recentemente em Almada teve a ousadia de prometer casa própria a todos os trabalhadores para muito breve.

● Desfazendo o mito de que Portugal possui uma moderna marinha mercante, o comodoro Jerónimo Henriques Jorge, declarou na chamada Assembleia Nacional, que 35% das embarcações em serviço já ultrapassaram o prazo de rentabilidade, enquanto estão em fase de média utilização "restando, portanto, apenas 19% em plena capacidade".

● As tarifas de energia eléctrica vão sofrer em Portugal um acréscimo de 10% em relação aos preços médios de 63. Isto no momento em que se inauguram novas barragens no Douro.

● O ministro da Economia, sr. Teixeira Pinto, no regresso da sua recente viagem a Espanha fez declarações sobre "o incremento da colaboração luso-espanhola no setor privado", o que, por outras palavras, significa que vários monopólios espanhóis vão entrar na corrida pela disputa das riquezas portuguesas.

● A Industrial Development Corporation, da Africa do Sul, vai "colaborar" na organização em Moçambique de uma empresa de financia-

mento à industria montada em moldes similares.

● O sr. Tshombé, criatura cujas ligações com os grandes monopólios mineiros (Société Generale, União Finière e Tanganyka Concessions) são do dominio público, vem atacando sistematicamente os patriotas angolanos em seus ultimos discursos.

● O embaixador de Salazar no Brasil é um homem precipitado. Em entrevista concedida à imprensa da Bahia e reproduzida pela "Voz do Dono" anunciou a "entrada dentro em breve de Portugal na Comunidade do Mercado Comum Europeu".

● Nos últimos quatro anos emigram para o Brasil só do Distrito de Bragança 7.829 pessoas.

● Mil fardos de algodão no valor de 15 milhões de escudos arderam nos armazens da COTONAG, em Luanda. Os directores da firma suspeitam que se trate de um acto de sabotagem.

● Na tentativa ridicula de apagar a legenda do Tarrafal, o governo de Salazar deu instruções à imprensa para que se faça a maior propaganda em torno do chamado aproveitamento hidro-agricola do Tarrafal, localizado nas imediações do antigo campo da morte lenta. Entretanto, por falta de chuvas, já começou a morrer gente de inanição na ilha de Santiago e inclusive no proprio concelho do Tarrafal...

● A sra. Maria de Lourdes Belchior Pontes, conselheira cultural da Embaixada de Salazar no Brasil reconheceu em discurso pronunciado no Recife que apesar de se falar muito sobre a comunidade luso-brasileira, pode afirmar com "bom conhecimento de causa que esse decantado intercambio quase não existe".

● Salazar continua com grande cariz entre os "pensadores" ultras. Desta vez, é o escritor fascista Charles Culmont que acaba de apontá-lo como o maior estadista do mundo...

● O sr. Ramon Hupalowsky, director de uma firma americana organizadora de "safaris" decidiu mudar a sua base de trabalho de Moçambique para o Kenya, apesar de as autoridades fascistas insistirem em que reinar "a paz na Provincia da Africa Oriental".

● O director do semanário fascista "Agora", um tal O'Neill, esperando em obter como valentão a notoriedade que a pena não lhe grangeou, enviou-se recentemente numa cena de murros com vários toureiros, coadjuvado pelos "camelots du roi" do seu pasquim. A pendência acabou na esquadra e daí saltou para a imprensa que comentou jocosamente as proezas do jornalista-rufião.

● Falando perante a Comissão Central do Socorro Social, o ministro da Saúde de Salazar confessou que, alem do indice de mortalidade infantil de Portugal ser alarmante, se regista tambem no País uma elevadissima percentagem de nascimentos de crianças débéis física e mentalmente.

● Segundo a BBC de Londres, a situação na Guiné dita portuguesa é de tal ordem que 30.000 dos 600.000 habitantes da colónia atravessaram a fronteira norte nos ultimos meses, refugiando-se no Senegal.

● O semanário de Tunis "Jeune Afrique" aventa a hipotese de a amizade pessoal que liga o novo vice-presidente dos Estados-Unidos, Hubert Humphrey ao presidente do GRAE, Holden Roberto, vir a exercer influencia na politica angolana da Casa Branca.

● Portugal e a Costa Rica decidiram elevar ao nivel de embaixadas as suas missões diplomaticas em São José e Lisboa, como reflexo das boas relações que mantêm os respectivos governos. Os "democratas" Figueiras e Orlich, porta-vozes de Washington na America Central, não podiam deixar de entender-se com Salazar...